

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Sistema Único de Segurança Pública

2003 ☆ 2004 ☆ 2005



Ministério
da Justiça

GOVERNO FEDERAL

Ministério da Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Implantação do Sistema Único de Segurança Pública

Secretaria Nacional de Segurança Pública

2003 2004 2005

MINISTRO DA JUSTIÇA
Márcio Thomaz Bastos

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Luiz Fernando Corrêa

CHEFE DE GABINETE
Dagoberto Albernaz Garcia

Elaboração
Marcelo Ottoni Durante e Jorge Luiz de Quadros

Coordenação Editorial e Revisão do Texto
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Colaboração
Alexandre Amorim
Andréia Macêdo
Cristina Gross Villanova
Emerson Rodrigues
Glenda Costa
João Francisco dos Santos
Juliana Marcia Barroso
Katia Lima
Nathalia Barbosa
Rafael Ferreira
Rafael Rodrigues
Ricardo Balestreri
Vinícius Soares

Informações:
Telefones (61) 3429-3635/9165
Fax: (61) 3223-7365
senasp@mj.gov.br
<http://www.mj.gov.br/senasp>

Sumário

Apresentação	5
1. Introdução	7
2. Diagnóstico da Segurança Pública no Brasil	11
2.1. Mapa do Registro de Ocorrências	11
2.2. Perfil das Organizações	13
2.3. Conclusão	19
3. Planejamento de Ações – Implantação do Sistema Único de Segurança Pública	21
3.1. Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional	21
3.2. Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública	22
3.3. Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública	23
3.4. Implantação de Projetos de Prevenção da Violência	23
3.5. Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais	24
3.6. Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança	26
3.7. Intensificação da Repressão Qualificada	27
4. Ações Realizadas pela SENASP (2003 /2005)	29
4.1. Ações Estruturantes para Implantação do SUSP	32
4.1.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais	32
4.1.2. Formação e Valorização Profissional	35
4.1.3. Reorganização das Instituições Policiais	42
4.1.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade	46
4.1.5. Estruturação e Modernização da Perícia	50
4.1.6. Controle Externo e Participação Social	53
4.2. Ações para Redução da Violência	54
5. Recursos Financeiros Repassados e Bens Adquiridos pelos Estados e Municípios	63
5.1. Recursos para Municípios por Meio de Convênio	64
5.2. Recursos para Estados por Meio de Convênio	66
5.3. Recursos Repassados Via Aquisição Direta	67
5.4. Bens Adquiridos por Meio dos Convênios	67
5.5. Total de Recursos Repassados Segundo os Estados	68
6. Avaliação das Ações da SENASP na Implantação do SUSP	69
6.1. Avaliação da Implantação do SUSP	69
6.1.1. Gestão do Conhecimento	70
6.1.2. Reorganização Institucional	71
6.1.3. Formação e Valorização Profissional	72
6.1.4. Prevenção	73
6.1.5. Estruturação da Perícia	74
6.1.6. Controle Externo e Participação Social	75
6.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP	76
6.2. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual)	77
7. Conclusão – Construindo um Futuro Melhor	81
Anexo	87

Durante décadas, fomos obrigados a conviver com a violência como se ela fosse parte trivial de nossas vidas. Nos habituamos a viver dentro de casas fechadas por grades e a conceber um futuro cada vez menos seguro para os nossos filhos, como se isso fosse a normalidade. Não é. Reconhecendo a gravidade desse problema, o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, iniciou em 2003 uma nova etapa na história da segurança pública brasileira. Tendo como foco principal de ação a implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ se consolidou como um órgão central no planejamento e execução das ações de segurança pública em todo o Brasil.

Imbuídos da intenção de executar uma política nacional de segurança pública focalizada nos pilares do processo de gestão e de transparência, elaboramos este Relatório de Ações Executadas pela SENASP no período de 2003 a 2005. Além do balanço de atividades, o relatório traz ainda um diagnóstico que fundamentou o planejamento das ações e uma avaliação dos resultados alcançados. Assim, oferecemos ao público uma visão do processo que nos levou à realização das ações de interesse nacional e nos constituiu enquanto gestores públicos. Esperamos que as informações apresentadas sirvam para que o governo e a sociedade se envolvam cada vez mais na busca de soluções conjuntas para um problema que afeta a todos.

Como órgão de âmbito nacional, a SENASP, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da

política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: apoiar a modernização do aparelho policial do País; ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Apesar de não ter a função de executar ações operacionais no controle da violência e criminalidade, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas organizações de segurança pública de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações. A avaliação dos resultados até aqui alcançados nestes últimos 3 anos nos permite concluir que estamos conseguindo cumprir nosso papel, encontrando soluções para os principais problemas na segurança pública brasileira.

Os gestores das organizações de segurança pública em todas as Unidades da Federação passaram a se reunir regularmente para planejar e executar ações por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada. A gestão das ações de segurança pública no país passou a contar com o apoio de uma série histórica de informações estatísticas coletadas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC.

Com a implantação da Matriz Curricular Nacional, padronizamos os processos de capacitação dos policiais em todos os Estados brasileiros, tendo como um dos principais eixos a valorização dos Direitos Humanos. Reforçando esse processo de padronização e qualificação nacional dos equipamentos e procedimentos na área de segurança pública, a Força Nacional de Segurança Pública já formou cerca de 5.000 policiais de todo o Brasil. Em uma situação de emergência, a Força Nacional é uma resposta eficaz para problemas na área de segurança pública no território nacional.

Com a certeza de que estamos preparando um futuro melhor para a população no que diz respeito à segurança pública, convidamos a todos para conhecer e participar do processo de implantação do SUSP, pois sabemos que essa é condição para consolidarmos a democratização do sistema político brasileiro e a implantação de uma segurança cidadã.

A segurança pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós, o Programa Nacional da Segurança Pública do Governo Federal considera necessária a reforma das polícias para torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz – e não instituições que vejam os cidadãos como inimigos, sendo organizadas como instrumentos de defesa do Estado e que se pensam como tal. Mais do que isso: as comunidades desejam a presença plena do Estado em seus âmbitos federal, estadual e municipal com todos os serviços elementares, o que inclui o lazer e a cultura. O Governo, por meio do Ministério da Justiça, também julga necessário que as políticas públicas de segurança acolham a participação multidisciplinar e inter-institucional, envolvendo, além dos policiais, outros setores governamentais, entidades da sociedade, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, incluindo também a contribuição das universidades.

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e da gestão. A intervenção efetivamente capaz de reduzir a violência e criminalidade é aquela que envolve ações em duas frentes: uma primeira, que busca alterar as condições propiciatórias imediatas, isto é, as condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar, e uma segunda, voltada para mudanças estruturais, cujos efeitos somente exercerão impacto futuro na desaceleração das dinâmicas criminais.

O Programa Nacional da Segurança Pública do Governo Federal considera necessária a reforma das polícias para torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz.

* Texto elaborado tendo como referência o plano nacional de segurança pública (Instituto de Cidadania/2002)

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e da gestão.

Além disso, é preciso que as ações obedeçam aos seguintes princípios de gestão: o diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral – sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas; a elaboração de um plano de ação capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos e estipular metas; a avaliação de resultados e processos e, ainda, o monitoramento que consiste na correção de rumos ditada pela constatação dos erros.

A reforma das polícias deve estar associada, portanto, à constituição de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública; à formação de um novo profissional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais. Todas essas mudanças devem ser acompanhadas por uma transformação gradual das polícias que inclua a revisão de alguns dos seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional e de seu padrão de comportamento.

Devemos verificar a transição de uma cultura da guerra para uma cultura da paz; de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais. Afirmar que o cidadão é o destinatário dos serviços de segurança pública significa reconhecer que compete à polícia trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar ações de proteção aos direitos dos diferentes. Com isso, não se pretende a abdicação da força, mas seu uso - quando necessário - de forma técnica, racional e ética.

Nesse contexto, as polícias deixariam de praticar ações isoladas que identificam o cidadão como potencial inimigo, passando a admitir que, em um ambiente democrático, a segurança pública só pode operar articulada com as comunidades organizadas. Atualmente, o isolamento e a negação desse trabalho evidenciam o distanciamento das polícias em relação aos destinatários dos seus serviços e ao contexto onde vivem, bem como a ignorância em relação à natureza das outras corporações do sistema. O sentido da segurança cidadã se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções. Atribui-se, assim, um papel fundamental à cidadania no funcionamento das organizações de segurança pública que devem estar presente, controlando o cumprimento de metas, a lisura administrativa e, principalmente, a justiça na aplicação das medidas punitivas contra atos de abuso de poder e de violência cometidos por servidores da segurança.

Outro ponto importantíssimo sobre as reformas propostas e efetuadas pelo Ministério da Justiça, por meio da SENASP, está relacionado ao uso da informação. Há uma cultura corrente nas corporações policiais segundo a qual informação é poder, impedindo a transparência delas com a tendência de que o servidor que as possui não as compartilhe com os demais. A im-

plantação de um sistema único informatizado e a racionalização operacional e administrativa oriunda do uso competente desses recursos são a forma pela qual a informação poderá ser corretamente administrada. Na atualidade, rejeitar esses instrumentos é confessar publicamente a abdicação dos objetivos das polícias e da segurança pública, pois não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a esse contexto, verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições de várias Ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos por meio da qualificação da perícia criminal.

O Programa de Segurança Pública para o Brasil propõe que o instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação. O servidor de segurança pública que não é estimulado e requalificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância de sua função. Todavia, não basta a mudança de paradigmas e a reformulação dos cursos ministrados nas academias. É preciso que se constitua um sistema educacional convergente para todos os órgãos de segurança pública. Só assim passará a existir uma visão de mundo comum entre todas as polícias e um mínimo conhecimento técnico que possibilitará o diálogo entre instituições, superando disputas e rivalidades.

Por fim, cabe destacar que muitos policiais ainda possuem uma compreensão equivocada de Direitos Humanos porque não experimentam em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, uma vez que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e discriminadoras de direitos. Nesse sentido, é preciso uma política nacional de valorização profissional dos operadores de segurança pública, fundamentada em tais prerrogativas. Devemos construir condições para que os Direitos Humanos sejam reproduzidos, principalmente pelas instituições cujo escopo é garantir a continuidade ordeira da sociedade.

Todo o processo de reforma das polícias brasileiras se consubstancia pela implantação do Sistema Único de Segurança Pública

Pautada no Programa de Segurança Pública para o Brasil, a SENASP estipulou que a implantação do Sistema Único de Segurança Pública seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência. Todas as ações empreendidas pela SENASP nos últimos três anos (2003 a 2005) estão incluídas nesses eixos estratégicos.

O Programa de Segurança Pública para o Brasil propõe que o instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação.

No total, foram realizadas 50 ações que envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da segurança pública no país, escolhemos essa estratégia, pois ela nos permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço. Cabe afirmar ainda que os eixos estratégicos de implantação do SUSP não foram apenas pautadores na formulação das ações executadas pela SENASP, mas também atribuíram conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações.

A implementação do SUSP se dá por meio de sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência.

2. Diagnóstico da Segurança Pública no Brasil

Buscando aprimorar o planejamento e a execução de suas ações, a SENASP realiza avaliações sucessivas da situação de segurança pública no Brasil por meio do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC. Apresentaremos a seguir um relatório sintético sobre a situação da segurança pública em relação à distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Civis e também o perfil das organizações em relação a alguns itens ressaltados como fundamentos do SUSP. A caracterização da situação das organizações estaduais de segurança pública são o principal foco do relatório.

2.1. Mapa do Registro de Ocorrências

A avaliação da distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Civis no Brasil entre 2001 e 2003 nos leva a concluir: 1) Observamos uma estabilidade na incidência dos crimes violentos letais e intencionais – que reúnem os homicídios dolosos, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; 2) A incidência dos crimes violentos não-letais contra a pessoa – que incluem os estupros e atentados violentos ao pudor – também passa por uma estabilidade; 3) A incidência dos crimes violentos contra o patrimônio – que englobam todos os roubos e extorsões mediante seqüestro – aumenta anualmente; 4) A incidência dos delitos envolvendo drogas aumentou nos últimos anos.

Importante destacar que o registro de delitos envolvendo drogas depende de ações pró-ativas da polícia. Ou seja, o aumento encontrado evidencia que a polícia civil vem se preocupando mais com essa questão e desenvolvendo ações para controlá-la.

A avaliação da distribuição das ocorrências registradas pelas Polícias Civis segundo o tamanho da população dos municípios nos mostra que as capitais dos Estados não são os municípios mais violentos do país. Alguns municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente quando localizados nas Regiões Metropolitanas, possuem as taxas mais altas de incidência criminal no país, sobretudo quando se trata dos crimes violentos letais e intencionais e os crimes violentos não-letais contra a pessoa.

Distribuição das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis por número e taxas por 100 mil Habitantes no Brasil em 2001, 2002, 2003.

Indicadores Criminais	2001		2002		2003	
	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾
Crimes Violentos Letais Intencionais	46.344	26,9	47.512	27,2	47.154	26,7
Crimes Violentos Não Letais Contra Pessoa	64.079	37,2	66.147	37,9	59.669	33,7
Crimes Violentos Contra o Patrimônio	712.888	413,5	765.435	438,3	856.272	484,6
Delitos de Trânsito	280.399	162,7	284.270	162,8	294.866	166,7
Delitos envolvendo Drogas	80.764	46,9	83.851	48,0	90.859	51,4
Homicídio Doloso	39.707	23,0	41.083	23,5	40.666	23,0
Tentativa de Homicídio	36.219	21,0	37.501	21,5	35.103	19,8
Lesão Corporal	564.322	327,4	602.495	345,0	619.086	350,0
Estupro	14.709	16,8	14.220	16,0	14.298	15,9
Atentado Violento ao Pudor	13.012	7,5	14.276	8,2	10.091	5,7
Extorsão Mediante Sequestro	554	0,3	546	0,3	375	0,2
Roubo	712.334	413,2	764.889	438,0	856.774	484,4
Furtos	1.661.999	964,1	1.838.988	1.053,1	2.125.294	1.201,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Apresentamos a seguir uma breve caracterização do perfil das organizações estaduais de segurança pública em uma perspectiva comparativa entre Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militar. Os dados foram coletados por meio da pesquisa Perfil das Organizações de Segurança Pública, que é um dos módulos do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC. Como resultado do primeiro ano de funcionamento deste módulo, concluímos:

- Entre as Polícias Militares, tivemos a resposta de 20 instituições. As sete instituições que não responderam à pesquisa foram: Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Piauí e São Paulo.
- Entre as Polícias Cíveis, houve resposta de 21 instituições. As seis instituições que não responderam à pesquisa foram Bahia, Paraíba, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.
- Entre os Corpos de Bombeiros recebemos a resposta das 27 instituições.

Uma vez que não dispomos de informações de todas as Unidades da Federação, fizemos uma projeção nacional em função das situações encontradas naquelas que responderam aos questionários. As informações abaixo se encontram dentro da perspectiva nacional para o ano de 2004. Apresentaremos também alguns dados coletados junto às Guardas Municipais em todo o Brasil para caracterizarmos a segurança pública no país com a participação de suas diversas organizações.

Nosso objetivo é construir uma série histórica dessas informações para melhorarmos o conhecimento da realidade e sofisticarmos a gestão da política nacional de segurança pública. Por isso, a pesquisa será repetida anualmente e esperamos ter uma adesão cada vez maior das organizações de segurança pública.

Investimentos das Organizações Estaduais de Segurança Pública

O investimento feito pelas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004 teve valor total aproximado de R\$ 20 bilhões. Isso significa um dispêndio de cerca de R\$ 104 reais por habitante anualmente no Brasil por essas instituições. Ao compararmos separadamente o valor investido pelas organizações, verificamos que as Polícias Militares aplicaram cerca de R\$ 68 reais por habitante. As Polícias Cíveis investiram cerca de R\$27 reais por habitante e os Corpos de Bombeiros, cerca de R\$ 10 reais por habitante. Dados coletados pela Pesquisa Perfil das Guardas Municipais no Brasil apontam que o valor empregado pelas Guardas em 2003 foi de cerca de R\$13 por habitante. Assim, o investimento em segurança pública no Brasil em 2004 foi de R\$117 por habitante. Guardados os limites comparativos de áreas tão distintas, destacamos que os investimentos na área de Saúde no país em 2004 foram de R\$267 por habitante.

Investimentos das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

Organizações Estaduais	Recursos Gastos (R\$)	
	Por Habitante	Total
Corpos de Bombeiros	10,14	1.816.210.529,92
Polícia Civil	26,69	4.780.396.096,46
Polícia Militar	67,14	12.025.320.116,76
Total	103,97	18.621.926.743,14

Fonte: Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública

O número total de profissionais nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004 foi de aproximadamente 550 mil policiais. Nesse conjunto não contabilizamos os profissionais pertencentes às polícias técnicas. Concluímos, assim, que existem 323 habitantes no país para cada profissional das organizações estaduais de segurança pública. Se adicionados os profissionais das Guardas Municipais, existem atualmente 3,5 profissionais de segurança pública por 1.000 habitantes no Brasil. Destacamos que, em 2004, na área de saúde existiam 6,4 profissionais por 1.000 habitantes, incluindo médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

Organizações Estaduais	Efetivo das Organizações	
	Habitantes por DfcÜggjcbU	Total
Corpos de Bombeiros	2953,05	60.652
Polícia Civil	1629,05	109.946
Polícia Militar	467,89	382.800
Total	323,65	553.398

Fonte: Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública¹

Em relação às viaturas existentes e em uso nas organizações estaduais de segurança pública no Brasil no ano de 2004, verificamos o total de aproximadamente 75 mil viaturas, ou seja: uma viatura para cada sete profissionais.

Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

Organizações Estaduais	Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública				
	Equipamentos de Transporte	Equipamentos de Proteção	Armas Letais	Armas Não-Letais	Unidades Operacionais
Corpos de Bombeiros	6649	37927	3663		1082
Polícia Civil	20545	65762	136904	10049	6003
Polícia Militar	47829	241030	320055	253853	1765
Total	75023	344719	460622	263902	8850

Organizações Estaduais	Recursos das Organizações Estaduais de Segurança Pública			
	Equipamentos de Transporte		Armas Letais	
	Número Equipamentos	9ei d* #DfcÜggjcbU	Número Equipamentos	9ei d* #DfcÜggjcbU
Corpos de Bombeiros	6649	9,1	3663	16,6
Polícia Civil	20545	5,4	136904	0,8
Polícia Militar	47829	8,0	320055	1,2
Total	75023	7,4	460622	1,2

Fonte: Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

¹ Equipamentos de Transporte incluem todos os meios: aéreo, terrestre e aquático. Equipamentos de Proteção incluem roupas, capacetes, máscaras, luvas, algemas, colete à prova de balas, escudo etc. Armas Não-Letais incluem tonfa, cassetete, munição química, granadas de efeito moral, munição não-letal etc. Armas Letais incluem carabinas, espingardas, revólveres, metralhadoras etc. Unidades Operacionais incluem unidades centrais, distritais e especializadas, e postos ou núcleos de atendimento.

Ao avaliarmos a presença das armas letais, verificamos que o total de aproximadamente 460 mil armas implica, em média, uma arma letal por profissional. Verificamos, ainda, a presença considerável de equipamentos de proteção (344 mil) e armas não-letais (263 mil). Por fim, verificamos que existem 8850 unidades operacionais de segurança pública no país. Comparativamente, verificamos que as Polícias Cíveis são as organizações mais bem equipadas e com a maior relação de policiais por equipamento.

Guardados os devidos limites comparativos, verificamos que a situação brasileira em relação ao número de viaturas é bem desconfortável em relação à situação norte-americana. Nos Estados Unidos, existem aproximadamente 3,8 profissionais de segurança pública por viatura e cerca de 830 habitantes por viatura. No Brasil, o número de profissionais por viatura sobe para 7,3 e o número de habitantes por viatura sobe para 2.387.

Tendo em vista que os turnos dos profissionais de segurança pública no Brasil variam principalmente entre 24 por 72 horas e 24 por 48 horas, e estipulando o número ideal de dois profissionais por viatura, o ideal é de 13% a 17% do efetivo. Assim, tendo em vista o número total de profissionais de segurança pública existentes no Brasil (553.398), acreditamos que o número total de viaturas atualmente deveria ser próximo a 80.000. Importante destacar que o tempo de vida útil dos veículos é de três anos. Por essa razão, um terço das viaturas deveria ser trocado a cada ano.

Determinantes da Elaboração dos Planos Anuais de Ação

Entre os determinantes da elaboração dos Planos Anuais de Ação das organizações estaduais de segurança pública, os que possuem maior força são: 'Diretrizes Traçadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública' e 'Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados pela própria Instituição'. Por outro lado, os determinantes que possuem menos força são: 'Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados por Outras Instituições' e 'Análise das Características Populacionais e Urbanas da Unidade da Federação'.

Fatores Levados em Conta no Processo de Elaboração do Plano Anual de Ação	Organizações Estaduais de Segurança Pública		
	Polícia Militar	Polícia Civil	Corpo de Bombeiros
	Percentual	Percentual	Percentual
Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados pela Própria Instituição	88,9	75,0	55,6
Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados por Outras Instituições	44,4	43,8	38,9
Análise das Características Populacionais e Urbanas da Unidade da Federação	55,6	56,3	55,6
Diretrizes Traçadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública	77,8	87,5	55,6
Diretrizes Traçadas pelo Governador da Unidade da Federação	61,1	81,3	44,4
Diretrizes Traçadas pelo Governo Federal	61,1	93,8	27,8

Fonte: Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Entre os determinantes da elaboração dos Planos Anuais de Ação das organizações estaduais de segurança pública, os que possuem maior força são: 'Diretrizes Traçadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública' e 'Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados pela própria Instituição'. Por outro lado, os determinantes que possuem menos força são: 'Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados por Outras Instituições' e 'Análise das Características Populacionais e Urbanas da Unidade da Federação'. Comparativamente, verificamos que as Polícias Militares são as organizações que mais privilegiam os Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados pela Própria Instituição. As Polícias Cíveis privilegiam principalmente as Diretrizes Traçadas pelo Governo Federal e os Corpos de Bombeiros privilegiam as Diretrizes Traçadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. As três instituições valorizam menos os Relatórios Analíticos da Situação da Segurança Pública Elaborados por Outras Instituições.

Existência de Departamento Responsável pela Execução de Ações de Prevenção²

Uma das formas de se verificar se a execução das ações de prevenção constitui uma das prioridades das organizações estaduais de segurança pública é a existência de algum departamento responsável por esse tipo de ação. Verificamos que, em 93% dos Corpos de Bombeiros, existem departamentos responsáveis pelas ações de prevenção. Esse percentual cai para 90% entre as Polícias Militares e Polícias Cíveis.

² No caso das Polícias Militares e Polícias Cíveis são ações voltadas para a prevenção da violência e criminalidade. No caso dos Corpos de Bombeiros, são ações voltadas para a prevenção de sinistros.

Existência de Departamento Responsável pela Execução de Ações de Prevenção nas Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

Organizações Estaduais	Possui Departamento Responsável por Executar Ações de Prevenção
	Percentual
Corpos de Bombeiros	92,6
Polícia Civil	71,4
Polícia Militar	90,0

Fonte: Polícias Civas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações

O controle externo e interno das ações das organizações de segurança pública é um tópico destacado no Programa de Segurança Pública do Governo Federal. A tabela abaixo permite verificar como se constitui o atual processo de controle da atuação das organizações estaduais de segurança pública no Brasil. Verificamos que as ouvidorias são os órgãos que menos participam do controle da atuação das organizações. Por outro lado, os principais mecanismos de controle utilizados são a 'Legislação estadual, definindo o campo de atuação da instituição' e o 'Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e PAD'. Verificamos que as Polícias Civas se destacam das outras organizações por abrirem um espaço maior para a ação das corregedorias.

Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

O controle externo e interno das ações das organizações de segurança pública é um tópico destacado no Programa de Segurança Pública do Governo Federal. A tabela abaixo permite verificar como se constitui o atual processo de controle da atuação das organizações estaduais de segurança pública no Brasil. Verificamos que as ouvidorias são os órgãos que menos participam do controle da atuação das organizações. Por outro lado, os principais mecanismos de controle utilizados são a 'Legislação estadual, definindo o campo de atuação da instituição' e o 'Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e PAD'. Verificamos que as Polícias Civas se destacam das outras organizações por abrirem um espaço maior para a ação das corregedorias.

Tipos de Mecanismos de Controle da Atuação das Organizações	Presença dos Mecanismos por Organização		
	Polícia Militar	Polícia Civil	Corpo de Bombeiros
	Percentual	Percentual	Percentual
Legislação estadual, definindo o campo de atuação da instituição	75,0	57,1	70,4
Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e PAD	30,0	4,8	11,1
Ouvidoria da Unidade da Federação	35,0	33,3	18,5
Legislação estadual, definindo o campo de atuação da instituição	70,0	90,5	29,6
Código da conduta ou regulamento disciplinar próprio	75,0	47,6	51,9
Regulamento que prevê ações de averiguação, sindicância e PAD	75,0	61,9	51,9

Fonte: Polícias Civas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

A capacitação contínua dos profissionais é uma atividade pouco desenvolvida entre as organizações estaduais de segurança pública, principalmente nas Polícias Militares. A organização que mais realiza atividades de capacitação do seu efetivo é o Corpo de Bombeiros. Chegamos, no entanto, a outro resultado de análise ao avaliarmos a capacitação em Direitos Humanos. A organização que mais executa essa capacitação no seu efetivo é a Polícia Militar, com 3,6% do seu efetivo capacitado em 2004. Os Corpos de Bombeiros foram a instituição que menos capacitou seus profissionais em Direitos Humanos no ano de 2004.

Capacitação Contínua dos Profissionais das Organizações Estaduais de Segurança Pública (Brasil – 2004)

Organizações Estaduais	Efetivo Capacitado no Ano	
	Capacitados / Efetivo Total	Capac. DH / Efetivo Total
Corpos de Bombeiros	67,9	1,1
Polícia Civil	34,8	2,9
Polícia Militar	27,5	3,6

Fonte: Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros.

2.3. Conclusão

Este diagnóstico sintético sobre a situação da segurança pública no Brasil aponta algumas conclusões que foram observadas na execução do planejamento de ações elaborado pela SENASP. Fazemos a seguir uma breve referência aos principais pontos observados:

1. A gestão das organizações em termos da elaboração de seus Planos Anuais de Ação foca-se muito mais nas diretrizes estabelecidas politicamente do que em diagnósticos da situação da segurança pública;
2. As diferenças em relação às atividades executadas por cada uma dessas organizações implicam, necessariamente, no planejamento de uma política nacional diferenciada para cada uma dessas organizações.

3. Em relação aos recursos das organizações, verificamos que no que diz respeito às armas letais e viaturas, o principal problema é a má distribuição dos recursos, pois estes já existem em número próximo ao necessário, principalmente quando comparamos com os números de equipamentos de proteção e armas não-letais existentes;

4. Os mecanismos de controle da atuação das organizações privilegiam muito mais as atividades de controle interno do que as atividades de controle externo;

5. As ações de capacitação contínua são muito exíguas, principalmente se reconhecermos que essas atividades se concentram em determinados públicos dessas organizações, deixando de fora de tais atividades a maior parte de seus efetivos;

6. Verificamos que já existe de modo bastante disseminado pelas organizações estaduais de segurança pública a noção de que é preciso direcionar ações no sentido da prevenção. O fundamental passa a ser, portanto, definir uma política clara e objetiva de prevenção à violência e a criminalidade no Brasil, atribuindo direção e sentido para essas ações.

7. A identificação de que muitos municípios no interior são mais violentos que as capitais implica na necessidade de uma política nacional que privilegie esses municípios.

3. Planejamento de Ações – Implantação do Sistema Único de Segurança Pública

Desde o ano de 2004, a SENASP se orienta por um Plano Plurianual (PPA) que envolve as ações necessárias para a implantação do SUSP. As ações estão divididas em:

- Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Segurança Cidadã);
- Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional;
- Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública;
- Implantação de Projetos de Prevenção da Violência;
- Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais;
- Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança;
- Intensificação da Repressão Qualificada.

Apresentamos abaixo a descrição de cada uma dessas ações quanto à sua finalidade e seu desenvolvimento.

3.1. Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional

O Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional tem os seguintes objetivos: planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, de gerência técnico-operacional dos profissionais das agências de Segurança Pública em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal; Identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais; Promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública,

Justiça Criminal, órgãos periciais e gestores locais de segurança; Valorizar o profissional de segurança pública por meio da capacitação e de outras ações de cunho sócio-econômico.

A partir desses objetivos, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Implantação do Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública e Corpos de Bombeiros;
2. Integração das instituições responsáveis pela formação básica e superior das polícias estaduais e federais, bem como profissionais de Corpos de Bombeiros;
3. Estruturação do ensino à distância;
4. Consolidação da Implementação da Matriz Curricular Nacional para as Instituições Policiais;
5. Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais, com a implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de Guardas Municipais;
6. Elaboração da Matriz Curricular Nacional para Corpos de Bombeiros;
7. Implantação de Centros de Atendimento psicossocial aos profissionais de Segurança Pública e Corpos de Bombeiros e suas famílias.

3.2. Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública

Com o objetivo de apoiar a modernização das instituições de segurança pública nos aspectos de gestão do conhecimento, valorização e formação profissional, estruturação e modernização da perícia, prevenção, controle externo, participação social e reorganização da estrutura institucional, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Apoio à modernização das instituições estaduais e municipais de segurança pública;
2. Contratação de créditos e assessoramento técnico junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outras instituições e organismos internacionais de financiamento público;
3. Apoio à modernização tecnológica das organizações de segurança pública em todo o País.

3.3. Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública

Com a finalidade de instalar unidades físicas com infra-estrutura para o exercício das funções de segurança pública, a SENASP estimulou o desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como as Secretarias de Segurança Pública e unidades correlatas.

3.4. Implantação de Projetos de Prevenção da Violência

Com a finalidade de apoiar os Estados, Distrito Federal, municípios e Consórcios Intermunicipais na elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência com o objetivo de combater a criminalidade e a discriminação, bem como promover meios para o preparo constante de profissionais de segurança, sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade na participação e gestão da segurança pública, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Proposição, organização, sistematização, apoio à implantação e divulgação dos instrumentos essenciais para a elaboração e implementação de projetos estaduais, regionais e municipais de prevenção primária e secundária da violência, destinados, sobretudo, à juventude e suas famílias. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos mesmos frente à criminalidade;
2. Articulação intermunicipal e estadual para a implantação, monitoramento e avaliação dos consórcios municipais de prevenção primária e secundária da criminalidade e violência. O objetivo é oferecer condições de diminuição da vulnerabilidade social e pessoal e o aumento da resiliência da população jovem frente à criminalidade;
3. Apoio à implementação de projetos de gestores comunitários de segurança urbana, em prevenção primária e secundária da violência, especialmente nos municípios que não possuem guardas municipais;
4. Promoção de intercâmbio entre os Estados e municípios por meio de um cadastro de experiências de êxito em prevenção da violência;
5. Articulação de grupos vulneráveis – livre orientação sexual, racismo, criança e adolescente, mulheres, entre outros – para a formação de pólos permanentes de análise e discussão junto às instituições de segurança pública. A proposta é incentivar a formulação, proposição e implementação de políticas públicas de prevenção da violência e discriminação no âmbito da segurança pública;

6. Contribuição para a implantação de Política Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Gênero por meio da sensibilização dos profissionais de segurança pública, da promoção de campanhas de conscientização e da prevenção;

7. Apoio à implantação dos projetos nacionais de prevenção ao uso de drogas e violência, prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de seres humanos e atendimento humanizado às vítimas de violência sexual;

8. Apoio à articulação e implantação de Conselhos de Segurança Pública e Ouvidorias de Polícia com o objetivo de fortalecer o controle externo da atividade dos profissionais de segurança e a participação popular na gestão da segurança pública;

9. Estímulo à Política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária por meio da implementação de projetos e divulgação de experiências existentes em todo o país;

10. Direitos Humanos em Segurança Pública: sistematizar as denúncias de violação de Direitos Humanos encaminhadas à SENASP e as providências realizadas pelos Estados e Distrito Federal, buscando informações acerca do respeito desses entes aos Direitos Humanos na área de segurança pública; contribuir na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à consolidação do respeito aos Direitos Humanos.

3.5. Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais

Com a finalidade de promover a valorização da informação como instrumento de ação das instituições de segurança pública e contribuir para a difusão da gestão de segurança pública, qualificar, democratizar, racionalizar e incrementar a eficiência das ações implementadas, proporcionando a transparência dessas, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações e subsistemas:

1. Sistema de Monitoramento da Criminalidade em Ambiente Urbano – Terra Crime – objetivando o desenvolvimento de análises estatísticas do fenômeno da criminalidade em ambiente urbano que sirvam de base para o planejamento e implantação de políticas nacionais de segurança urbana;

2. Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – objetivando a coleta e recuperação de informações criminais quantitativas e qualitativas capazes de produzir “inteligência criminal” e com isso municiar os tomadores de decisões da área de segurança pública com dados estratégicos para o estabelecimento de políticas de controle e prevenção da criminalidade, especialmente no que se refere às organizações criminosas;

3. Sistema de Avaliação e Monitoramento de Implantação dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como dos convênios celebrados com os entes federados, com base na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;
4. Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – constituindo uma base de registros criminais (inquéritos, mandados de prisão, armas e veículos roubados) das diversas instituições de segurança pública e justiça criminal do Brasil com o objetivo de integrar as ações operacionais destas instituições – INFOSEG;
5. Política de incentivo à elaboração de estudos e pesquisas aplicadas em segurança pública e justiça criminal com a finalidade de produzir estudos, pesquisas e diagnósticos que contribuam concretamente no processo de institucionalização do SUSP e implementação de ações consideradas prioritárias em segurança pública – Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública, pesquisas temáticas ou voltadas a grupos vulneráveis e Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
6. Implantação de um sistema de comunicação de informações on line para o público interno e externo às agências de segurança pública e justiça criminal, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os operadores da área; implantação do Portal de Segurança Cidadã, constituindo uma parceria entre o PNUD, a rede de instituições estaduais, municipais, universitárias e da sociedade civil. A rede é capaz de identificar, catalogar e divulgar práticas, estratégias e tecnologias em áreas consideradas prioritárias para a SENASP;
7. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de informações;
8. Adequação lógica para a modernização ou implantação de sistemas de telecomunicações compartilhados com sistemas de gerenciamento de bancos de dados para aperfeiçoar o sistema de gestão operacional de segurança pública;
9. Integração do Sistema Nacional de Informações e Identificação Criminal – SINIC – AFIS possibilitando maior eficácia na troca de informações criminais entre as Secretarias Estaduais, o Departamento de Polícia Federal e a SENASP;
10. Dotação para Instituições de Segurança Pública de equipamentos para produção de prova por meio da reestruturação e desenvolvimento tecnológico das áreas de fonética forense, perícia em DNA, sistema de identificação digital criminal – AFIS, sistemas de comparação balística, geofísica forense, medicina legal, entomologia forense, entorpecentes, crimes ambientais, dentre outras;
11. Implementação do Sistema Nacional de Identificação Civil (RIC).

3.6. Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança

Com a finalidade de implementar projetos de modernização das organizações estaduais e municipais de segurança pública, priorizando as atividades funcionais e operacionais das polícias e guardas municipais por intermédio de recursos do Tesouro ou investimentos internacionais, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Ampliação, efetivação e solidificação da presença das instituições policiais brasileiras em todo o território nacional;
2. Modernização e adequação das instalações físicas de materiais e equipamentos adequados para a atividade administrativa e operacional;
3. Implantação de meios de transporte aéreo, terrestre e de patrulha portuária e costeira, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão de cada instituição;
4. Desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial direcionados para a prevenção e repressão à criminalidade inspirados em experiências de sucesso em outros países;
5. Aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e os recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e repressão à criminalidade;
6. Aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, ampliando os canais de comunicação entre as instituições policiais e a sociedade civil;
7. Desenvolvimento de metodologias operacionais e táticas, em nível local, regional e nacional e a definição de políticas de controle e intervenções em áreas estratégicas;
8. Formulação e proposta das diretrizes para elaboração, execução e controle de um Plano da Qualidade no âmbito das organizações policiais, articulando esforços para o contínuo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e à administração pública;
9. Proposição de iniciativas de renovação e modernização da cultura institucional organizacional predominante nas instituições de segurança brasileiras;
10. Apoio a projetos em 54 Forças Policiais Estaduais (dois por Estado) e 70 Guardas Municipais (dez municípios da Região Norte, cinco da Região Centro-Oeste, Cinco da Região Nordeste, dez da Região Sul e 40 da Região Sudeste).
11. Apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial;
12. Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional das organizações de segurança pública:

- Armas, munições e equipamentos letais e não-letais;
- Veículos e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo;
- Equipamentos de proteção individual;
- Equipamentos de radiocomunicações para emprego operacional das organizações de segurança pública;
- Mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública que estejam inseridos no contexto da modernização da gestão de segurança pública.

3.7. Intensificação da Repressão Qualificada

Com a finalidade de implementar e coordenar atividades integradas de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão da criminalidade em áreas específicas localizadas em todo o território nacional, a SENASP estipulou e está executando as seguintes ações:

1. Estruturação da Força Nacional de Segurança Pública com atuação em todo o território nacional no controle e combate da criminalidade em eventos episódicos;
2. Aquisição de bens e serviços para constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública que atuarão em operações excepcionais, objetivando o controle e a repressão à criminalidade em áreas críticas ou em situações adversas;
3. Repasse de meios para preparo constante dos profissionais escolhidos para atuar na Força Nacional de Segurança Pública;
- 4 Estabelecimento de métodos e técnicas para otimizar a persecução penal e estruturar equipes capazes de reduzir índices de impunidade em crimes diversos;
5. Disponibilização de informações de inteligência comuns às instituições policiais para permitir a orientação de suas ações de repressão à criminalidade;
6. Padronização de procedimentos operacionais para emprego da Polícia Militar em atividades ostensivas e de investigação policial na Polícia Civil. Os procedimentos garantem mais eficiência nos indiciamentos e no conjunto probatório recolhido para instrumentalizar os processos judiciais;
7. Estímulo a ações integradas entre os órgãos de inteligência policial para controle e combate do crime organizado;
8. Estímulo à modernização das estruturas das Corregedorias de Polícia estaduais;
9. Desenvolvimento de projetos de repressão aos homicídios dolosos;

10. Criação de equipes especiais e órgãos especializados em nível estadual para atuar em parceria com órgãos federais e estaduais;

11. Manutenção de informações, no âmbito da SENASP, sobre lavagem de dinheiro e pessoas desaparecidas ou seqüestradas, abrindo espaço para participação de órgãos da área financeira dos Estados e da União.

4. Ações Realizadas pela SENASP (2003/2005)

Apresentamos a seguir o conjunto de 50 ações desenvolvidas pela SENASP no período de 2003 a 2005, distribuídas entre os sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social e programas de redução da violência. Segue também uma descrição sumária de cada uma das ações.

AÇÕES ESTRUTURANTES PARA IMPLANTAÇÃO DO SUSP

GESTÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES CRIMINAIS

- Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal
- Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP
- Relatórios e Pesquisas em Segurança Pública
- Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal
- Projeto Arquitetura Institucional do SUSP

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial
- Rede de Ensino a Distância
- Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública
- Jornada Nacional de Educação em Direitos Humanos para Policiais
- Parceria com o Comitê Internacional das Cruz Vermelha
- Integração das Academias de Polícia
- Projeto Interagir
- Escola de Protagonismo Policial
- Ações Formativas
- Matriz Curricular das Guardas Municipais
- Portal de Segurança Pública

GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

- Padronização de Procedimentos e Modernização dos Corpos de Bombeiros
- Mecanismos de Distribuição dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública
- Modernização da Polícia Civil
- Processo de Fiscalização das Prestações de Conta dos Convênios SENASP
- Sistema de Cadastro e Monitoramento dos Convênios SENASP

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

- Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade
- Projeto de Identificação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- Tráfico de Seres Humanos
- Plano Integrado de Segurança Pública
- Política Nacional de Polícia Comunitária
- Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade
- Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade

ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA

- Implantação do Laboratórios Regionais de DNA
- Microscopia Eletrônica de Varredura Aplicada a Balística Forense
- Centro Nacional de Entomologia Forense
- Capacitação em Genética Forense
- Capacitação Toxicologia Forense
- Assessoria Técnica nos Estados para Estruturação da Perícia

CONTROLE
EXTERNO E
PARTICIPAÇÃO
SOCIAL

- Incentivo à implantação e criação das ouvidorias
- Publicação do livro 'Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos'

AÇÕES PARA
REDUÇÃO DA
VIOLÊNCIA

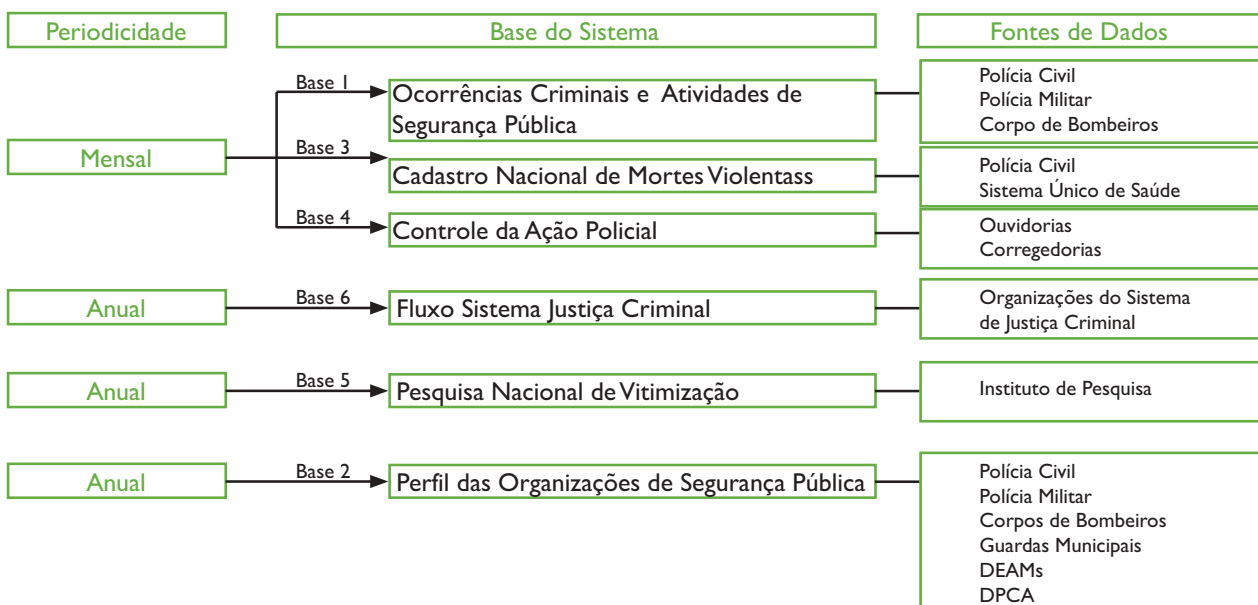
- Projeto Fronteiras (SINIVEN)
- Segurança Dignitários
- Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais
- Guias de Cães Farejadores de Drogas, Explosivos e Cadáveres
- Força Nacional de Segurança Pública
- Modernização das DEAMs
- Aquisição Direta de Viaturas para as Polícias
- Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis
- Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG)
- Gabinetes de Gestão Integrada
- Sistema Nacional de Inteligência
- Modernização do Sistema Aeropolicial
- Difusão do Uso do Geoprocessamento em Segurança Pública
- Capacitação de Gestão em Segurança Pública

4.1. Ações Estruturantes para Implantação do SUSP

4.1.1. Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESPJC

O SINESPJC é uma base de dados alimentada continuamente com estatísticas de segurança pública e justiça criminal de todo o Brasil. Os princípios fundamentais de constituição do sistema são a criação de conhecimento que promova a integração das organizações de segurança pública e o subsídio para a implantação da gestão como princípio de administração dessas organizações. O sistema possui seis módulos diferentes: 1) Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública - monitora ocorrências criminais e atividades de segurança pública em todo Brasil, especialmente nos 224 municípios brasileiros com população acima de 100 mil habitantes e caracteriza vítimas, agressores e a presença de armas; 2) Perfil das Organizações de Segurança Pública - monitora as condições de funcionamento, recursos humanos, recursos materiais convencionais, ações e a articulação com a SENASP; 3) Fluxo do Sistema de Justiça Criminal - monitora o fluxo do Sistema de Justiça Criminal em cada Unidade da Federação; 4) Pesquisa Nacional de Vitimização - avaliação da população vitimada pela violência, notificação de crimes, satisfação da população em relação à atuação da polícia e outras avaliações da população em relação às políticas de segurança pública; 5) Cadastro Nacional de Mortes Violentas - cadastro com informações de vítimas, agressores e características dos incidentes de homicídio doloso de todo país; 6) Controle da Ação Policial - pesquisa de avaliação dos resultados das ações desenvolvidas pelas ouvidorias e corregedorias de polícia.



<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o ano de 2005, foram implantados os módulos 'Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia e Perfil das Organizações de Segurança Pública'. Está em implantação o módulo 'Controle da Ação Policial' e 'Fluxo do Sistema de Justiça Criminal'.</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (2) e Intensificação da Repressão Qualificada (11)</p>
---	---

Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP

O sistema tem como objetivo ajudar a SENASP a monitorar e avaliar a implantação do SUSP, tanto pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, quanto pela própria SENASP. Sua execução envolve a coleta anual de informações sobre 27 itens relacionados ao acompanhamento das ações que vêm sendo empreendidas em seis eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, concluímos as avaliações referentes à implantação do SUSP (2004). Os resultados alcançados – presentes no final deste relatório – são importantíssimos para planejar as ações da SENASP nos próximos anos e foram utilizados na determinação da distribuição dos recursos do FNSP (2006) para os estados</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)</p>
---	---

Relatórios e Pesquisas em Segurança Pública

A equipe da SENASP elaborou uma série de pesquisas e relatórios relacionados à área de segurança pública para subsidiar o planejamento de ações e políticas pelos governos federal, estadual e municipal e difundir conhecimento sobre segurança pública para a sociedade.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Entre as principais pesquisas e relatórios elaborados destacamos: 1) Custos da Violência e Criminalidade no Brasil; 2) Mapa da Criminalidade Violenta no Brasil - Estados e capitais; 3) Distribuição dos Homicídios nas RMs Brasileiras; 4) Pesquisa de Vitimização no Brasil; 5) Perfil Organizacional das DEAMs; 6) Perfil Organizacional das Guardas Municipais; 7) Perfil Organizacional dos Corpos de Bombeiros; 8) Perfil Organizacional das Instituições de Aviação em Segurança Pública; 9) Perfil Organizacional das Polícias Militares; 10) Perfil dos Institutos de Medicina Legal. Grande parte desse material encontra-se disponível na internet (www.mj.gov.br/senasp)</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5)</p>
---	---

Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal

O concurso selecionou 60 projetos de pesquisas aplicadas nas sete áreas fundamentadas nos eixos estratégicos do SUSP. Para cada uma das áreas foram identificados problemas práticos específicos que precisam ser solucionados para a correta implantação do SUSP. Os relatórios das pesquisas foram entregues em dezembro de 2005 e serão divulgados para a comunidade em 2006.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, recebemos 59 relatórios de pesquisas que nos fornecerão conhecimento teórico aplicável necessário para reforçar o processo de implantação do SUSP.</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5) e Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (7)</p>
---	---

Projeto Arquitetura Institucional do SUSP

No contexto de implantação do SUSP e com o propósito de criar padrões mínimos de normatização e implementação do Programa de Segurança Pública para o Brasil, estabeleceu-se uma parceria entre o Ministério da Justiça, FIRJAN e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para definir conteúdos e orientações para uma Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública. A SENASP estruturou a execução do trabalho em nove eixos temáticos: 1) Controle de Armas; 2) Controle Externo e Participação Social; 3) Estruturação e Modernização da Perícia; 4) Gestão da Segurança Municipal e Guardas Civis; 5) Sistema Penitenciário; 6) Formação Policial; 7) Gestão da Informação; 8) Gestão Organizacional; 9) Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública. O material serve de base para o desenvolvimento de projetos e ações na SENASP, fornecendo os subsídios necessários para a equipe técnica realizar suas atividades.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Os nove relatórios que fazem parte deste projeto já estão prontos e disponíveis no Portal de Segurança Pública. (www.segurancacidade.org.br)</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (5)</p>
---	--

4.1.2. Formação e Valorização Profissional

Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial

Trata-se de um referencial nacional para a formação dos operadores de Segurança Pública calcado nos princípios de Direitos Humanos, cidadania, integração, interdisciplinariedade, continuidade e qualidade. A matriz visa padronizar as atividades formativas em Segurança Pública nas academias e centros de ensino policial de modo integrado e inter-institucional com foco na formação humanística e nas técnicas policiais em todos os Estados. A SENASP está auxiliando os Estados que estão em processo de adaptação e construção de suas matrizes curriculares à Matriz Curricular Nacional.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, 17 Unidades da Federação tinham suas Matrizes adequadas à MCN: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, RN e TO.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação (4) e Valorização Profissional (5)</p>
----------------------------------	---

Rede de Ensino a Distância

A rede possibilitará a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita aos profissionais de segurança pública de todo país – policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais – independente de sua localização geográfica. Para tanto, foram implantados 60 tele-centros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para a tutorial nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área. Até o final de 2005, o projeto envolveu recursos no valor de R\$ 13.558.302,60 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dois reais e sessenta centavos). Os profissionais de segurança pública terão acesso à atualização e à capacitação em temáticas essenciais ao desenvolvimento de suas atividades. A meta é a capacitação e a atualização de 50 mil operadores de segurança pública no ano de 2006.

Em dezembro de 2005, cerca de 2.600 alunos estavam realizando os seguintes cursos via-internet: Direitos Humanos; Tráfico de Seres Humanos; Preservação de Local de Crime e Violência; Criminalidade e Prevenção. Já estão inscritos 1.200 alunos para o próximo período de cursos, em fevereiro de 2006, quando serão administrados os seguintes temas: Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica; Uso Progressivo da Força; Saúde ou Doença: De que Lado Você Está?; Formação de Tutores; Busca e Apreensão e Lavagem de Dinheiro.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, foram implantados 60 tele-centros em todo o país. Cerca de 3.800 alunos formam a primeira leva em atividades da Rede de Ensino à Distância.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (3)</p>
----------------------------------	---

Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – RENAESP

A rede constitui o credenciamento, financiamento e acompanhamento de Instituições de Ensino Superior para realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública voltados especificamente para o segmento intermediário das Organizações de Segurança Pública. A intenção é desenvolver entre os profissionais e suas organizações o conhecimento e a capacidade crítica necessários à gestão da Segurança Pública, articulados com os avanços científicos e o saber acumulado.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>No final de 2005, o curso elaborado pela Universidade Federal da Bahia e apoiado pela RENAESP, especializou 60 policiais. Estão abertas as inscrições para a realização de 21 cursos que capacitarão 1.400 operadores de segurança pública em 2006.</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (9)</p>
----------------------------------	---

Jornada Nacional de Educação em Direitos Humanos para Policiais

A Jornada de Direitos Humanos tem como objetivo construir uma nova polícia, consciente de seu papel de promotora de Direitos Humanos e promover a formação de uma cultura nacional de direitos e deveres humanos. Nosso objetivo para o ano de 2006 é realizar Jornadas de Direitos Humanos em 12 Estados. No desenvolvimento dessa ação em 2005, foram investidos R\$ 840.000,00.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, foram capacitados 1.850 profissionais em oito Estados (PE, SE, BA, RN, PB, AM, SP e PR) durante as Jornadas de Direitos Humanos.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção à Violência (10)</p>
----------------------------------	---

Esta parceria consiste na promoção de capacitação dos policiais em Direitos Humanos em todo o país.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2004, a parceria se estendeu para mais de 500 policiais de todo o país. No ano de 2005, foram percorridos os Estados do Piauí, Amapá, São Paulo, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais, formando mais de 630 policiais.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção à Violência (10)</p>
---	---

Integração das Academias de Polícia

O principal objetivo da ação é garantir a integração de todas as academias que formam profissionais de segurança pública no país. Já identificamos a realização de ações formativas integradas (realização de curso de atualização, aperfeiçoamento, etc) em várias Unidades da Federação. Estamos realizando uma pesquisa junto ao Ministério da Educação para analisar os impactos da integração na cultura organizacional dessas academias e seus possíveis desdobramentos. Em 2005, apoiamos a modernização de três academias localizadas nos Estados do Acre, Pará e Rio Grande do Sul.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, a SENASP reconheceu a integração de três academias: RR, PA e PE.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação (1) e Valorização Profissional (2)</p>
---	--

Projeto Interagir

O projeto é uma contribuição ao processo de formação profissional oferecido pelas Academias, Escolas e Centros de Formação. Consiste no apoio pedagógico por meio de bibliografia voltada às diversas áreas da Segurança Pública. Nossa meta é distribuir 20 mil livros em 2006.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, foram distribuídos 18 mil exemplares contemplando 113 Instituições de Ensino, tais como Academias de Polícia, Centro de Formação, Escolas de Polícia, Escolas para Guarda Municipal e Ouvidorias.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (1)</p>
---	---

A SENASP, em parceria com o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública da América Latina e Caribe – TREINASP, da Ação Segurança Cidadã, criou uma Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública. O propósito é mobilizar o protagonismo cidadão dos operadores de segurança pública, buscando a reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades, o incremento do caráter profissional das atuações policiais, o incentivo ao compartilhamento das responsabilidades, a integração das ações de todas as organizações relacionadas com a área de segurança pública e a ampliação da responsabilidade da polícia para além das questões estritamente criminais. Em 2006, percorreremos outras 12 Unidades da Federação.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, a Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública percorreu quatro Estados (RN, BA, SE, PB), capacitando 180 operadores.</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (9)</p>
----------------------------------	---

Ações Formativas

Entre 2003 e 2005, a SENASP apoiou a capacitação de 71.336 operadores de segurança pública por meio da realização de convênios.

Estado	n° de alunos
AL	230
AP	250
BA	31.111 (*)
CE	1.397
DF	1.150
ES	1.720
GO	2.165
MA	1.630
MG	7.299
MS	2.498
MT	536
PA	48
PB	340
PE	4.100
PI	138
PR	360
RJ	6.768
RN	1.980
RR	629
RS	1.180
SC	3.798
SE	485
TO	1.524
total	71.336

(*) O projeto apresentado pela Bahia utiliza a metodologia de ensino “organização aprendente” que tem como meta capacitar

Também realizamos no ano de 2005, 36 ações formativas capacitando 6.075 profissionais de segurança pública.

Ações Formativas (cursos, seminários e oficinas) realizadas em 2005

- / I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã. Natal/RN. Capacitados 400 agentes (operadores de segurança pública e líderes comunitários);
- / I Encontro de Educação à Distância. Brasília/DF. Capacitados 55 operadores de segurança pública;
- / Curso de Gestão em Segurança Pública – Módulo II. Brasília/DF e Florianópolis/SC. Capacitados 70 operadores de segurança pública;
- / Sistema Nacional de Estatística e Justiça Criminal. Brasília/DF. Capacitados 30 operadores de segurança pública;
- / II Encontro Nacional da Matriz Curricular. Brasília/DF. Capacitados 26 operadores de segurança pública;
- / VII Congresso Brasileiro de Identificação, Perícias Papiloscópicas e Necropapiloscópicas. Belém/PA. Capacitados 42 operadores de segurança pública;
- / V Reunião de Aviação Policial. Manaus/AM. Capacitados 30 policiais;
- / Jornada de Apresentação dos Projetos de Pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas a Segurança Pública e Justiça Criminal. Brasília/DF. Participação de 60 pesquisadores;
- / I Reunião de Gestores – Capacitados 55 operadores de segurança pública;
- / Curso para tutoria de Tráfico de Seres Humanos. Capacitados 60 operadores de segurança pública;
- / Fórum Regional de Modernização da Polícia Civil. São Luis/MA, Manaus/AM, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Recife/PE. Capacitados 178 operadores de segurança pública;
- / Curso para tutoria de Preservação do Local de Crime. Capacitados 60 operadores de segurança pública;
- / Curso para tutoria de Prevenção contra Crime e Violência. Foram capacitados 60 operadores de segurança pública;
- / Oficina Regional de Atualização sobre o Tráfico de Pessoas. Belém/PA, São Paulo/SP, Brasília/DF e João Pessoa/PB. Capacitados 300 operadores de segurança pública;
- / 3º Seminário Internacional – Criminalidade no Mundo Globalizado. São Paulo/SP. Capacitados 54 operadores de segurança pública;

- / I Curso de Inteligência e Segurança Pública. Capacitados 61 operadores de segurança pública;
- / Curso de Gestor de Unidade Aeropolicial. Porto Alegre/RS, capacitando 29 operadores de segurança pública;
- / Curso de Segurança de Dignitários - São Paulo. Capacitados 141 operadores de segurança pública;
- / II Encontro de Delegados e Delegadas das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher. Belo Horizonte/MG. Capacitados 255 operadores de segurança pública;
- / Seminário ESCOPPOL. João Pessoa/PB, Natal/RN, Salvador /BA e Aracaju/SE. Capacitados 240 operadores de segurança pública;
- / Jornada Nacional de Direitos Humanos. Manaus/AM, São Paulo/SP, João Pessoa/PB e Natal/RN. Capacitados 1.300 operadores de segurança pública.

Em 2004, foram celebrados 41 Convênios no valor de R\$ 20.831.819,50 prevendo a capacitação de 50.832 mil policiais. Em 2004, realizamos também 11 ações formativas, formando 2.481 profissionais de segurança pública.

Ações Formativas (cursos, seminários e oficinas) realizadas em 2004

- / Curso de Gerenciamento de Crises. São Paulo/SP. Capacitados cerca de 200 profissionais da área de segurança pública;
- / Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária – CESSP. Brasília/DF. Capacitados cerca de 230 profissionais da área de segurança portuária;
- / I Curso Especial de Entomologia Forense. Brasília/DF. Capacitados 40 peritos (Polícia Civil e Federal) de todos os Estados e do Distrito Federal;
- / Oficina de Polícia Comunitária. Brasília/DF. Participação de 30 policiais civis e militares;
- / Grupo de trabalho INFOSEG – SENASP/ABEP. Brasília/DF. Participação de 21 membros das empresas de processamento de dados estaduais e representantes da Polícia Federal e Rodoviária Federal;
- / Força Nacional de Segurança Pública / Instrução para Nivelamento de Conhecimento. Brasília/DF. Participação de 1400 policiais e bombeiros militares;
- / I Seminário de Balística Forense Avançada. Rio de Janeiro/RJ. Participação de 30 peritos criminais de todo o país;
- / V Fórum Permanente de Educação em Segurança Pública. Porto Alegre/RS. Participação de cerca de 150 profissionais que atuam na área de segurança

pública;

/ Curso de Elaboração e Gestão de Projetos. Brasília/DF. Capacitados 210 profissionais de segurança pública de todo o país:

/ Curso de Gestão em Segurança Pública. Brasília/DF, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS. Foram capacitados 110 policiais;

/ Curso de Segurança de Dignitários. Curitiba/PR. Capacitados 60 profissionais de segurança pública.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, apoiamos a formação de 71.336 profissionais de segurança pública por meio dos convênios. Realizamos diretamente 47 ações formativas para 8.556 profissionais de segurança pública.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (1)</p>
----------------------------------	--

Matriz Curricular das Guardas Municipais

A Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais tem o objetivo de nortear o treinamento e a capacitação dos profissionais que integram as Guardas Municipais de todo o país. Embora existam Guardas Municipais há mais de 100 anos, esta foi a primeira iniciativa no sentido de dar unidade e competência técnica a esses profissionais. A Matriz Curricular das Guardas está voltada para a prevenção da violência e da criminalidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Em 2005, foi lançada a Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais. Está ocorrendo uma experiência piloto de implantação da matriz em 20 municípios da Região de Indaiatuba-SP.</p> <p>Execução PPA: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional (5)</p>
----------------------------------	--

Portal de Segurança Pública

O portal foi desenvolvido pela Ação Segurança Cidadã visando à socialização de conhecimento, educação e valorização dos operadores de segurança pública, formando um 'condomínio' nacional de reflexão sobre o tema. Nosso objetivo para 2006 é garantir que todos os policiais brasileiros acessem o portal utilizando-o e consolidando-o como fonte de informação e capacitação na área de segurança pública.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>No final de 2005, encontravam-se disponíveis no Portal de Segurança Pública: Banco Nacional de Monografias, uma coletânea de obras de arte produzidas por policiais de todo o Brasil, Fórum Permanente de Discussão sobre Segurança Pública, Biblioteca Virtual e Banco Democrático de Experiências em Segurança Pública. (www.seguranca.cidada.org.br)</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (6)</p>
---	---

4.1.3. Reorganização das Instituições Policiais

Padronização de Procedimentos e Modernização dos Corpos de Bombeiros

A Força Nacional de Segurança Pública inclui algumas ações para a estruturação e a modernização dos Corpos de Bombeiros no país. Nesse sentido, elaborou-se um planejamento estratégico do emprego de bombeiros com ações definidas para curto, médio e longo prazos e do qual resulta os seguintes resultados imediatos: Padronização de Procedimentos, Padronização de Veículos e Equipamentos, Racionalização de Investimentos do FNSP, Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas (durante um ano o preço é mantido), elaboração de uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e Mobilização aos moldes da Força Nacional. Assim, efetivamente, os Bombeiros passam a fazer parte do SUSP e com estas ações melhoram sua gestão e inicia-se o reaparelhamento desse segmento cujo impacto na vida das pessoas está relacionado à maior capacidade de atuar incidentes diários da vida nacional bem como enfrentar com maior eficiência as catástrofes cada vez mais frequentes advindas de fenômenos naturais.

Itens Adquiridos		Quantidade Total dos Pedidos (Previsão)	Total do Pedido
Viatura	ABT	28	R\$ 12.180.000,00
	ABS	40	R\$ 11.380.000,00
Equipamento de Proteção Respiratória		245	R\$ 1.217.650,00
Equipamento de Proteção Individual	Luvas	374	R\$ 35.156,00
	Botas	411	R\$ 135.630,00
	Capacete Europeu	1196	R\$ 1.550.016,00
	Capacete Americano	256	R\$ 213.760,00
	Balaclava	518	R\$ 25.900,00
	Roupa de Aproximação	600	R\$ 1.122.000,00
Equipamento de Mergulho	Cilindro com válvula e profundímetro	250	R\$ 710.000,00
	Lanterna	63	R\$ 60.795,00
	Máscara com snorkel	350	R\$ 21.700,00
	Nadadeiras	350	R\$ 17.500,00
	Roupa	101	R\$ 93.930,00
Equipamento de Proteção para Produtos Perigosos		126	R\$ 716.940,00
Equipamento Hidráulico de Desencarcerador	Grande	14	R\$ 836.640,00
	Médio	87	R\$ 3.131.130,00
		TOTAL	R\$ 33.448.747,00

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Em 2005, foi elaborado um plano estratégico do emprego de bombeiros; realizado o Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas; definida uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e uma mobilização dos Corpos de Bombeiros aos moldes da Força Nacional de Segurança Pública.</p> <p>Execução PPA: Modernização Organizacional das Instituições de Segurança Pública (I)</p>
------------------------------	--

Mecanismos de Distribuição dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública baseado na necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a partir de 2003 passamos a distribuir os recursos com base em informações estatísticas que determinam o percentual dos recursos do FNSP para cada UF.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2004 e 2005) – Os recursos do FNSP de 2004 e 2005 foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados relativas ao número de ocorrências criminais, efetivo das polícias, população, área, Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano.

Distribuição dos Recursos do FNSP (2006) – A nova versão do índice utilizado para a distribuição do FNSP em 2006 levou em conta as informações de caráter quantitativo utilizadas para determinar a distribuição dos recursos em 2004/2005 e também o resultado da avaliação elaborada pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, implantamos um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP.</p> <p>Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (9)</p>
----------------------------------	---

Modernização da Polícia Civil

A SENASP formou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um plano de modernização das Polícias Cíveis no Brasil. O grupo, composto por policiais civis estaduais, propôs o reordenamento de métodos procedimentais e redefinição de doutrinas para estabelecer um alinhamento nacional. A proposta foi discutida com os policiais brasileiros em oito reuniões regionais ocorridas nas cidades de Manaus, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Natal e Brasília. Participaram mais de 500 policiais, a maior parte deles representantes de entidades de classes. O resultado é uma motivação nunca antes obtida junto às polícias civis, implicando numa mobilização para resgatar os profissionais da segurança pública. A polícia deve passar a se conduzir sob uma ótica de polícia cidadã, adotando uma postura pró-ativa, indo ao encontro dos cidadãos.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2005, criamos a Plenária de Modernização das Polícias Cíveis com duas câmaras: Câmara de Organização Estrutural da Polícia Civil e Câmara de Lei Orgânica da Polícia Civil.</p> <p>Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (4) e Modernização Organizacional das Instituições de Segurança Pública (1).</p>
---	---

Processo de Fiscalização das Prestações de Contas dos Convênios

No ano de 2003, a SENASP iniciou atividades de fiscalização dos convênios assinados com os Estados. Entre 2003 e 2005, foram fiscalizados 53 convênios de 10 Unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) relativos aos anos de 2001 e 2002. O processo de seleção dos convênios a serem avaliados obedeceu aos seguintes critérios: 1) Amostragem aleatória simples; 2) Acompanhamento conforme prioridade da “Macro Avaliação de Risco”; 3) Falhas/Irregularidades apontadas na Prestação de Contas Final; e 4) Amostragens exploratórias, feitas conforme denúncias formais de pessoa física ou jurídica. Nos 53 convênios avaliados, verificamos que a maior parte deles continha falhas de execução, levando a que uma parte dos recursos recebidos pelos Estados tivessem que ser devolvidos para o Governo Federal. Em geral, essas falhas envolviam problemas nos procedimentos licitatórios, na destinação dos bens, na colocação da logomarca do governo federal e na gestão da execução dos convênios.

Os principais resultados obtidos a partir da fiscalização foram: recolhimento aos cofres públicos dos valores utilizados indevidamente; mudança de comportamento dos gestores dos convênios; aplicação correta da legislação vigente; melhor controle e zelo aos bens provenientes da União; uniformização de procedimentos; mudança nos procedimentos administrativos internos da SENASP e divulgação da parceria com o Governo Federal. Uma das principais ações resultantes desse processo foi a elaboração e publicação do Manual de Procedimentos para Celebração, Execução e Prestação de Contas de Convênios, buscando aprimorar a gestão dos convênios por parte dos Estados, municípios e Distrito Federal.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2005, criamos a Coordenação Geral de Fiscalização de Convênios dentro da estrutura da SENASP. As organizações de segurança pública de todo o Brasil receberam 1.000 exemplares do Manual.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)</p>
---	---

Sistema de Cadastro e Monitoramento dos Convênios

Apesar de celebrar convênios com as Unidades da Federação desde o ano de 2000, apenas a atual gestão da SENASP teve a preocupação de criar um sistema informatizado para registro das informações relativas à execução dos convênios: controle das reformulações e aditamentos, planejamento de ações, metas dos convênios, descrição dos produtos e serviços adquiridos e valores financeiros envolvidos na execução do convênio.

A ação é fundamental, pois constitui um mecanismo para a SENASP aprimorar seu processo de monitoramento e fiscalização dos convênios, não apenas em relação aos aspectos legais normativos da execução, mas também dos resultados obtidos na situação da segurança pública no país.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Em 2005, implantamos o Sistema de Avaliação e Monitoramento dos Convênios que está em funcionamento na SENASP.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (3)</p>
----------------------------------	---

4.1.4. Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade

Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade

A partir de 2003, o Governo Federal propôs uma nova Política Nacional de Segurança Pública cuja agenda evidencia a prevenção da violência e da criminalidade. Desde então, o tema passou a ser trabalhado de forma sistemática. Isso levou à necessidade de apurar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementadas no país. São coletadas e divulgadas informações fundamentais para a implantação, execução e avaliação das práticas que podem ajudar os gestores comporem uma rede que qualifique as ações de prevenção em todo o país.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, já se encontram disponíveis no site do observatório mais de 200 práticas de prevenção à violência e criminalidade. (www.mj.gov.br/senasp)</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (4)</p>
----------------------------------	--

A SENASP e as organizações estaduais de segurança pública, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizaram ações de identificação das mulheres trabalhadoras rurais. O principal objetivo da ação é levantar o perfil desse grupo social para nos permitir desenvolver ações preventivas da violência e criminalidade orientadas para tal público.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2004, foram emitidos 64.804 documentos de identidade e realizados 101 mutirões em 23 Estados, restando AC, RJ, RS e RN. Em 2005, foram emitidas 20.643 carteiras de identidades.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (5)</p>
---	---

Tráfico de Seres Humanos

O principal objetivo da ação é sensibilizar os profissionais de segurança pública e dotá-los de conhecimento técnico necessário para a prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas, identificando, acolhendo e encaminhando as potenciais vítimas de exploração sexual e tráfico de seres humanos para serviços assistenciais. Tal conhecimento também ajuda na produção de prova consistente para fundamentação de processos judiciais. O projeto contribuirá para a elaboração e implantação de um Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2004, a SENASP - em parceria com a Polícia Federal, Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Justiça - realizou uma Oficina Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual. A oficina teve a participação de 200 profissionais. Em 2005, foram quatro oficinas regionais para atualização sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual nas capitais do PA, SP, PB e DF. Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e responsabilização no Tráfico de Pessoas. Participamos também da elaboração do Manual sobre o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual voltado aos profissionais de segurança pública.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (5) e (7)</p>
---	---

Plano Integrado de Segurança Pública

A SENASP está investindo recursos financeiros e tecnológicos nos Estados e municípios, para a implementação de ações voltadas para a prevenção da violência e da criminalidade. Estão sendo desenvolvidos planos de trabalho que devem conter ações orientadas pelos seguintes eixos estratégicos: Valorização e Formação Profissional; Gestão do Conhecimento; Reorganização Institucional; Estruturação da Perícia; Controle Externo e Participação Social; Gerenciamento de Crises e Conflitos; Redução da Violência Doméstica e de Gênero e Acesso Igualitário aos Serviços de Segurança Pública e Repressão Qualificada. Essa ação é executada por meio da celebração de convênios com os Municípios que seguem as diretrizes apontadas pelo Plano Integrado de Segurança Pública.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, a SENASP assinou 111 convênios com municípios para apoiar ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (I)</p>
----------------------------------	--

Política Nacional de Polícia Comunitária

O trabalho começou em 2005 com a realização do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã. Profissionais e estudiosos debateram com um público superior a 500 pessoas sobre o tema de Polícia Comunitária na América Latina. Estavam presentes representações de mais de 10 países da América Latina (Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia) que expuseram suas experiências na implantação de uma polícia cidadã. A partir desse evento, iniciou-se o levantamento de experiências nacionais para subsidiar a elaboração da Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária, alinhada com as matrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais estaduais de segurança pública e também dos profissionais das Guardas Municipais. Outra ação estratégica foi a realização do Concurso de Polícia Comunitária, em 2005, cujos objetivos foram o reconhecimento do êxito de programas de polícia comunitária implementados em qualquer Unidade da Federação do país e a divulgação das experiências bem sucedidas.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária. Foi realizado também um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e dos 27 programas cadastrados, três foram premiados.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (9)</p>
---	---

Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade

Em 2005, a SENASP elaborou o Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade. O objetivo foi fortalecer a implantação do SUSP e reconhecer a vocação natural dos municípios para a implementação de políticas públicas básicas, especialmente relacionadas às questões de segurança urbana. O guia visa auxiliar os municípios na gestão de ações para aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco que afetam a incidência da criminalidade e violência e a sensação de segurança da população.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, foi divulgado o primeiro Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade para auxiliar os municípios em suas ações.</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (3)</p>
---	--

Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade

Desde 2003, a SENASP apóia consórcios intermunicipais de prevenção e atua diretamente na elaboração dos projetos de ação com os executivos municipais.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2003, a SENASP assinou o primeiro convênio com a Região Metropolitana de Recife e encontra-se atualmente em etapa final de articulação para a implantação de Consórcio Intermunicipal em outras cinco regiões: Passo Fundo (RS), Vitória (ES), Região do Vale dos Sinos (RS), Entorno do Distrito Federal (DF) e Natal (RN).</p> <p>Execução PPA: Implantação de Projetos de Prevenção da Violência (2)</p>
---	---

4.1.5. Estruturação e Modernização da Perícia

Implantação de Laboratórios Regionais de DNA

A ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada na atuação dos laboratórios de DNA. A SENASP está criando um sistema de investimento em laboratórios regionais no qual um laboratório de referência por região atuará como centro de formação e apoio aos Estados nas respectivas áreas de atendimento. Os representantes dos laboratórios de referência estão concluindo estudos sobre um banco nacional integrado de dados de DNA.

Investimentos na implantação dos laboratórios regionais de DNA (2004)

Unidades Contempladas	Valor (R\$)
Amazonas	881.118,05
Bahia	881.118,05
INC (DPF)	884.703,45
Rio de Janeiro	742.524,52
Rio Grande do Sul	721.111,05
Paraíba	140.445,35
Espírito Santo	357.934,35
VALOR TOTAL	4.608.954,82

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2004, foram adquiridos equipamentos e materiais de consumo para sete laboratórios de DNA no valor de R\$ 4.608.954,82. Houve ainda investimento de R\$ 2.000.000,00 em laboratórios de referência de universidades federais (com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia) nos Estados de Alagoas e Pará. Em 2005, foram investidos R\$ 1.500.000,00 em laboratórios de 10 Estados: AM, BA, DF, INC/DPF, SC, MG, RJ, RS, SP e PB.

Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)

Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) Aplicada à Balística Forense

O principal objetivo desta ação é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada nas análises de balística forense. Como produto principal dessa ação, desenvolvemos manuais de aplicação tecnológica para utilização pelas organizações periciais oficiais e de aplica-

ção do Microscópio Eletrônico de Varredura na detecção de resíduos de tiro. Com isso, já existe a decisão por parte do INC/DPF e do DPT/ SSP/BA de adquirir microscópios eletrônicos de varredura, resgatando décadas de atraso tecnológico na área de identificação de resíduos de tiro e outras aplicações.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2004, foi realizado o primeiro seminário de Balística Forense Avançada com a participação de peritos especialistas dos Estados e da Polícia Federal e microscopistas de laboratórios de universidades e empresas estatais. A rede de laboratórios recebeu o auxílio de R\$ 875.000,00 (recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia). Em 2005, houve investimento de R\$ 500.000,00 para a continuidade dos trabalhos. Foi realizado ainda um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Unidades da Federação.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)</p>
---	--

Centro Nacional de Entomologia Forense

O principal objetivo dessa ação é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada nas análises de entomologia forense por meio da criação de um Centro Nacional de Entomologia Forense.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Com recursos de R\$ 125.000,00 do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi montado um laboratório de entomologia forense na Universidade de Brasília. Foram realizados também cursos especiais de Entomologia Forense para 60 peritos criminais dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)</p>
---	---

Capacitação em Genética Forense

Essa ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias na atividade de persecução penal, centrada nas análises de DNA por meio de cursos de especialização e cursos práticos de DNA.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Já foram treinados 33 peritos criminais em Curso de Especialização em Genética Forense nas universidades federais de Alagoas e do Pará. Outros 27 peritos deverão estar treinados até dezembro de 2006. Foram treinados ainda 24 peritos criminais em Curso Prático Avançado de DNA. Para 2006, está prevista a capacitação de mais 40 peritos em Curso Prático Avançado de DNA.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)</p>
----------------------------------	--

Capacitação em Toxicologia Forense

O principal objetivo é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada nas análises de toxicologia forense.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Já estão treinados 27 peritos dos Estados em Curso Básico de Toxicologia em Amostras Biológicas. O curso foi realizado no laboratório do Instituto Geral Perícias do Rio Grande do Sul. Quatro peritos (Dois de RR e dois do AM) também foram treinados em cursos práticos de exames de drogas de abuso no laboratório do INC / DPF e mais 14 peritos criminais em Curso de Toxicologia Forense utilizando a técnica de cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massa.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)</p>
----------------------------------	---

Assessoria Técnica aos Estados para Estruturação da Área de Perícia

A ação tem como principal objetivo apoiar diretamente os Estados em suas atividades de estruturação da perícia.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Cinco Estados (ES, CE, RN, AM e RR) tiveram assessoria para o desenvolvimento de projetos, especificações de equipamentos e acompanhamento da implantação de ações nas áreas de DNA e Toxicologia.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (10) e Intensificação da Repressão Qualificada (4) e (9)</p>
----------------------------------	--

Incentivo a Implantação e Criação de Ouvidorias de Polícia

Desde 2003, a SENASP incentiva a realização de encontros do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, propondo debates para o seu fortalecimento como órgãos autônomos e independentes destinados ao controle externo da atividade policial. Além disso, a SENASP apóia diretamente projetos para a criação de novas ouvidorias, bem como o fortalecimento das já existentes. Os recursos são do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Por meio de parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos estamos contribuindo para construção de um Sistema Nacional de Registro de Informações das Ouvidorias. A intenção é realizar ações de fortalecimento e divulgação das Ouvidorias de Polícia e realização de ações de formação dos ouvidores e dos servidores lotados no órgão.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, 14 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 14 Unidades da Federação.</p> <p>Execução PPA: Implantação dos Projetos de Prevenção da Violência (8)</p>
---	---

Publicação do Livro Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos

Com o objetivo de promover a participação social em segurança pública no Brasil e melhorar a relação entre a polícia e a comunidade, bem como o comportamento policial em relação aos grupos vulneráveis e minorias, a SENASP está promovendo a publicação do livro Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos. O material foi elaborado pela PMMG. Decidiu-se difundir as proposições estabelecidas para todo o Brasil.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, encaminhamos o livro Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos para publicação. Os livros serão distribuídos no início de 2006.</p> <p>Execução PPA: Implantação dos Projetos de Prevenção da Violência (5)</p>
---	---

4.2. Ações para Redução da Violência

Projeto Fronteiras SINIVEN

Realizada pelo INFOSEG, essa ação visa monitorar on line o trânsito de veículos em sete pontos de fronteira do país. Nossa meta é ampliar constantemente o número de pontos vigiados.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>O Projeto Fronteiras encontra-se implantado e funcionando nos seguintes pontos: Rosário do Sul (RS), Foz do Iguaçu e Barra Guará (PR), Mundo Novo (MT e MS), Epitaciolândia (AC) e Vilhena (RO).</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (4)</p>
----------------------------------	--

Segurança de Dignitários

A capacitação doutrinária permite a padronização e a difusão de cultura moderna e eficaz entre as polícias estaduais, dotando-as das técnicas mais modernas de atuação profissional. O principal objetivo dessa ação foi formar, em todos os Estados, equipes de policiais estaduais e federais capacitados para desenvolver atividade específica de segurança de autoridades.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, foram formados 106 policiais civis, militares e federais, representantes de todos os Estados no curso de Segurança de Dignitários.</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (1)</p>
----------------------------------	---

Gerenciamento de Crise e Controle de Operações Especiais

A iniciativa permite uma intervenção qualificada em situações nas quais as ações criminosas se transformam em crises instantâneas e exigem trato qualificado.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, 66 policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados no curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento / Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (7)</p>
----------------------------------	--

Cães farejadores constituem uma ferramenta de ação eficaz em casos de crises, desastres e combate à criminalidade organizada. Nossa meta principal em 2006 é a instalação de cinco canís regionais para uso das Forças Estaduais. Os canís contarão com guias de cães de faro para detecção de drogas, explosivos e localização de pessoas ou cadáveres. O curso de identificação de pessoas e cadáveres encontra-se em fase de planejamento.

RESULTADOS ALCANÇADOS	Formação de 75 policiais militares e civis de várias Unidades da Federação e policiais rodoviários federais em cursos sobre a utilização de cães farejadores de drogas e explosivos. Os cursos foram realizados nas cidades de Florianópolis e Rio de Janeiro. Execução PPA: Implantação dos Projetos de prevenção da Violência (7)
----------------------------------	--

Força Nacional de Segurança Pública

Composta por polícias militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, a Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policimento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policiais estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Essa ação impacta diretamente no procedimento dos policiais no dia a dia nas ruas das cidades brasileiras. Resultam em policiais mais capacitados tecnicamente para a condução das ocorrências diárias que envolvem violência e criminalidade. Empregam a força de forma mais adequada e qualificada. Se conduzem respeitando direitos humanos de forma mais ampla associado ao emprego de força na repressão e prevenção aos crimes do dia a dia que afligem a vida do cidadão. Ao mesmo tempo, os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores dentre seus pares que ainda não passaram pelo programa da Força Nacional.

OBJETO	Itens	Unidades	Valor Total Aquisição	
Aquisição de equipamentos controlados - Proteção Balística	Capacete Balístico	1000	R\$ 2.428.000,00	
Aquisição de fardamentos e acessórios	Colete Masculino	1000	R\$ 1.426.800,00	
	Colete Feminino	100		
	Conj. Fardamento Operacional	3.000		
Equipamento Pré-Hospitalar	Poncho	3.000	R\$ 96.869,55	
	Camiseta de algodão	6.000		
	Cinto	3.000		
	Boinas com brasão bordado da Força Nacional	3.000		
	Logomarca da Força Nacional	4500		
	Botas táticas	1.500		
	Balaclava para emprego tático	1.000		
	Máscara Descartável de ressuscitação	700		
	Luva de procedimentos Hospitalares	2.000		
	Kit Colar Cervical (distribuídos tamanhos P, M, G).	25		R\$ 1.014.900,00
Bolsa de Primeiros Socorros	25			
Estetoscópio	25			
Equipamento Portátil de Oxigênio terapia	10			
Colete de Imobilização Infantil Tipo KED	5			
Colete de Imobilização Adulto Tipo KED	25			
Imobilizador de cabeça	25			
Ressuscitador manual Infantil (Ambu)	10			
Ressuscitador manual Adulto (Ambu)	35			
Oxímetro de Pulso Portátil	16			
Manta Cobertor Térmico Aluminizado	70			
Conjunto de Talas rígidas	25			
Pilha alcalina (AA)	140			
Pilha alcalina (AAA)	140			
Bandagens	300			
Mochila de Ataque	3000			
Equipamentos Táticos e Armamento Não Letal	Saco WO	3000	R\$ 812.639,20	
	Saco de Dormir	3000		
	Marmita com talheres	1500		
	Luva de proteção para emprego tático	1000		
Equipamentos Antitumulto	Lanterna tática policial	1000	R\$ 283.250,00	
	Conjunto joelheira/cotoveleira táticas	620		
	Algema plástica descartável	7000		
	Conjunto armamento não letal	20		
	Munição não letal	2500		
	Conjunto de ferramenta de acesso e arrombamento	5		
	Binóculo Comum	20		
	Colete Invasão Tática	600		
	Bolsa/Bornal para transporte de munição química	75		
	Capacete antitumulto	500		
Compra de munição para treinamento FN	Escudo antitumulto	500	R\$ 3.297.492,00	
	Colete tático CDC	250		
	Munição 40			
Máscara Contra Gases	Munição 5,56		R\$ 555.900,00	
	AzMUWa UHfc	300		
Escudo Balístico e Bastão Retrátil (Processo em Andamento)	Escudo Balístico	50	R\$ 1.952.500,00	
Roupa de Controle de Distúrbios Cíveis (Processo em Andamento)	Bastão Retrátil com ponteira	200	R\$ 1.700.000,00	
	Bastão Retrátil	1000		
	Roupa antitumulto	200		
		TOTAL	R\$ 13.568.350,75	

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram formados 4.989 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública. A FNSP já atuou no Espírito Santo e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Foram investidos R\$ 15.000.000,00 para compra de equipamentos para o treinamento dos policiais e bombeiros (Proteção Balística - Capacetes nível II, fardamentos e acessórios táticos, armamento não-letal, equipamentos antitumulto, roupa de controle de distúrbios cíveis, munição para treinamento, etc.)

Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (1), (2) e (3).

A partir de um diagnóstico realizado sobre as condições de funcionamento, recursos materiais, recursos humanos e resultados alcançados pelas DEAMs, iniciamos em 2004 um processo de modernização dessas delegacias. O processo inclui o reaparelhamento e a capacitação dos operadores de Segurança Pública lotados nas DEAMs. Nosso objetivo é terminar o ano de 2006 com 150 DEAMs devidamente modernizadas em todo o Brasil de modo a ampliar e melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, reaparelhamos 50 DEAMs. Capacitamos 240 policiais dos Estados do RJ, TO, MG e ES para qualificar o atendimento e aprofundar a compreensão sobre o fenômeno da violência contra a mulher.</p> <p>Execução PPA: Implantação dos Projetos de Prevenção da Violência (6)</p>
----------------------------------	--

Aquisição Direta de Viaturas para as Polícias

Visando racionalizar o gasto dos recursos do FNSP e atender os Estados conforme suas necessidades, a SENASP optou por comprar as viaturas por meio de aquisição direta durante os anos de 2004 e 2005. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios.

Unidades da Federação	(2004 e 2005)	
	Valor (R\$)	Número de Veículos
Acre	3.964.831,88	94
Alagoas	2.471.120,00	73
Amapá	2.817.590,00	55
Amazonas	3.149.702,00	94
Bahia	5.397.253,00	151
Ceará	2.614.740,00	62
Distrito Federal	2.860.350,00	60
Espírito Santo	2.381.660,00	55
Goiás	3.871.075,00	58
Maranhão	2.743.186,32	61
Mato Grosso	3.128.030,00	78
Mato Grosso do Sul	2.105.357,48	38
Minas Gerais	8.736.096,00	184
Pará	3.695.576,36	76

Unidades da Federação	(2004 e 2005)	
	Valor (R\$)	Número de Veículos
Paraíba	2.835.791,00	108
Paraná	3.782.140,00	170
Pernambuco	4.487.100,00	108
Piauí	2.144.037,64	63
Rio de Janeiro	11.269.350,00	210
Rio Grande do Norte	1.244.654,00	36
Rio Grande do Sul	7.668.928,96	231
Rondônia	2.500.375,00	71
Roraima	4.235.453,80	114
Santa Catarina	2.660.480,00	68
São Paulo	71.360,00	4
Sergipe	2.451.180,00	75
Tocantins	2.398.269,32	61
Total	97.685.687,76	2.458

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Em 2004 e 2005, a SENASP repassou para os Estados 2.458 viaturas.</p> <p>Execução PPA: Reparcelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (1), (2) e (3).</p>
----------------------------------	--

Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos e Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS

A CONPORTOS foi criada pelo Decreto nº. 1.507/95, alterado pelo Decreto nº. 1.972/96, com o propósito de elaborar e implementar um Sistema de Prevenção e Repressão a Atos Ilícitos nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. A comissão é composta pelo Ministério da Justiça, Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores e Ministério dos Transportes. O Secretário Nacional de Segurança Pública preside a comissão. Os serviços de apoio à comissão são prestados pelo gabinete da SENASP.

As Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CESPOTOS também integram a estrutura da CONPORTOS. As comissões estaduais incluem o Departamento de Polícia Federal, a Capitania dos Portos, a Secretaria da Receita Federal, a Administração Portuária e o Governo do Estado (Polícias Civil e Militar). Atualmente, as CESPOTOS estão constituídas e instaladas em 21 Estados.

Desde março de 2003, a CONPORTOS normatizou, por meio de resoluções, os dispositivos que passaram a orientar as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a CONPORTOS também avocou a formação dos Supervisores de Segurança Portuária. Os supervisores, preconizados no Código ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos visando os ajustes de proteção entre navio/porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Dos 200 planos de Segurança Pública Portuária elaborados, 135 estão implementados. A SENASP formou 566 profissionais como Supervisores de Segurança Portuária em seis edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.</p> <p>Execução PPA: Reparcelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (1) e (3)</p>
----------------------------------	--

Reputamos como uma ação altamente estruturante na vida nacional sob o aspecto de integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo pela primeira vez na história brasileira um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a rede recebeu 4 milhões de consultas. Até o final de 2005 a rede teve 7,5 milhões de acessos e já conta, no início de 2006, com mais de 35 mil usuários cadastrados. Uma rede segura e veloz que utiliza as mais modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados estaduais e federais de forma on-line, como os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e 7B DE YHW5 FYY z' Xgcbj]nU]bzfa U" Yg g: VFY bFWfzÚWz]bei f-ritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do RENAAM e RENACH, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do SINARM (DPF) e do SIGMA (Exército).

Os órgãos usuários da rede são responsáveis por alimentar as informações no índice nacional da Rede INFOSEG e disponibilizar sua bases de dados para as consultas das informações detalhadas, como é o caso das polícias federais, civis e militares estaduais. Esses órgãos responsáveis pelas informações definiram e adotaram junto a SENASP os meta-dados com as informações que são atualizadas no Índice Nacional, assim como as informações mais detalhadas que são disponibilizadas nas bases de dados de segurança em nível de rede e de aplicação são implementadas com as mais modernas e seguras tecnologias. Na camada de aplicação todos os pacotes trafegados na rede são encriptados utilizando-se de criptografia forte e assinatura digital, garantindo a sua originalidade.

Com uma moderna plataforma baseada em Web Services, em função da natureza dos dados trafegados na rede, toda a infra-estrutura de segurança em nível de rede e de aplicação são implementadas com as mais modernas e seguras tecnologias. Na camada de aplicação todos os pacotes trafegados na rede são encriptados utilizando-se de criptografia forte e assinatura digital, garantindo a sua originalidade.

A Rede INFOSEG foi implementada seguindo os padrões do Instituto de Interoperabilidade em Web Services (WS-I) e da arquitetura e-Ping, garantindo assim a sua independência de plataforma e facilidade de integração com outras tecnologias.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, 26 Unidades da Federação alimentavam o INFOSEG de forma on line.</p> <p>Execução PPA: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (4)</p>
---	---

Gabinete de Gestão Integrada – GGI:

O GGI é responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. Destacam-se como Estados onde as ações integradas ocorrem de forma mais ampla: CE, DF, PB, MT, SE, RO, RR, TO, AM e PE. O GGI é um fórum que opera por meio do consenso. É composto pelo Secretário de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícia, Ministério Público Estadual e Federal e representante do executivo municipal. O principal objetivo dessa ação é integrar os órgãos que atuam em segurança pública em todas as Unidades da Federação. Em novembro de 2005, foi realizado em Recife o I Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio dos GGIs.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O I Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de 400 profissionais de segurança pública, também marcou a ação no ano de 2005.</p> <p>Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (10)</p>
----------------------------------	--

Sistema Nacional de Inteligência

Trata-se de uma rede que interliga as esferas de segurança pública federal e estaduais para a coleta e análise de dados de inteligência, visando o combate à criminalidade organizada e às quadrilhas com atuação em mais de um Estado. O principal objetivo dessa ação é articular as ações de inteligência entre os Núcleos estaduais de inteligência dos Estados.

RESULTADOS ALCANÇADOS	<p>Até o final de 2005, o Sistema Nacional de Inteligência já atuava plenamente. Cento e quatro policiais haviam sido capacitados para a atuação no sistema em suas organizações de origem.</p> <p>Execução PPA: Intensificação da Repressão Qualificada (5)</p>
----------------------------------	--

Modernização do Sistema Aeropolicial

A SENASP instituiu o Grupo de Trabalho Especial que elaborou propostas e projetos específicos para a implantação do modelo legal de dou-

trina, formação de tripulantes, segurança de vôo, adequação das aeronaves, estratégia operacional e demais ações pertinentes à aviação de segurança pública e defesa civil no território nacional. Realizamos o Curso de Gestão de Unidade Aeropolicial com o objetivo de capacitar os Operadores da Aviação de Segurança Pública e Defesa Civil. O principal objetivo dessa ação foi consolidar um programa de gestão para a segurança de vôo em unidades aéreas. O programa incluiu a padronização das rotinas de operações nas missões que envolvem as ações operacionais das unidades aéreas; a criação de rotinas administrativas envolvendo a gestão de recursos humanos e o gerenciamento dos recursos de manutenção e logística de uma unidade aérea de segurança pública e defesa civil.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>Até o final de 2005, definiu-se o modelo legal de doutrina, formação de tripulantes, segurança de vôo, adequação das aeronaves e estratégia operacional para a área de aviação de segurança pública e defesa civil no Brasil. Formaram-se 30 operadores da área.</p> <p>Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública (3)</p>
---	--

Difusão do Uso do Geoprocessamento em Segurança Pública

Buscando criar um instrumento para a implementação de políticas focalizadas que evitem a dispersão de recursos humanos e financeiros e racionalizem a sua distribuição, auxiliando o monitoramento dos resultados obtidos, financiamos o primeiro software gratuito e livre (código aberto) para o desenvolvimento de análises de estatística espacial. O software foi implantado em caráter piloto na cidade de Porto Alegre/RS. A SENASP financiou o início das atividades de elaboração do produto que continua sendo aprimorado, mas já sem a participação de recursos da SENASP. Iniciamos um esforço para garantir o avanço dos projetos de geoprocessamento nos Estados com a assinatura de convênios nessa área. A versão atual do software é propícia para o uso em laboratórios de análise de dados e não para o uso em grande escala.

<p>RESULTADOS ALCANÇADOS</p>	<p>A versão piloto do software para análise de estatística está disponível gratuitamente. (www.est.ufmg.br/leste). Garantimos o avanço do geoprocessamento na área de segurança pública no Brasil ao incentivar vários projetos estaduais.</p> <p>Execução PPA: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais (1)</p>
---	---

A criação dos cursos de Gestão em Segurança Pública decorreu da necessidade de capacitar os profissionais em relação aos princípios de gestão e também sensibilizar esses profissionais quanto à importância dos processos de coleta, registro, sistematização e disseminação de informação. A sensibilização é fundamental para garantir o sucesso do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, pois trará a legitimidade necessária ao sistema e garantirá que as informações sejam produzidas com o rigor metodológico necessário. O Curso de Gestão em Segurança Pública foi planejado com quatro módulos: 1) Gestão de Processos em Segurança Pública; 2) Gestão da Informação em Segurança Pública; 3) Gestão em Segurança Pública Utilizando Geoprocessamento; 4) Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública no Brasil. Na primeira versão do curso, participaram pelo menos três representantes de cada Unidade da Federação. Eram gestores de cada uma das organizações estaduais de segurança pública - Secretaria Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar. As Polícias Federal, Rodoviária Federal e ABIN também enviaram representantes. Os módulos 1, 2 e 4 já foram executados.

RESULTADOS ALCANÇADOS	Até o final de 2005, foram capacitados 110 profissionais em Gestão de Processos em Segurança Pública, Gestão da Informação em Segurança Pública e Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública no Brasil. Execução PPA: Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (8)
--------------------------	--

5. Recursos Financeiros Repassados e Bens Adquiridos pelos Estados e Municípios

A execução direta é uma forma de repasse de recursos para Estados e Municípios na qual a própria SENASP realiza as ações. É a forma mais econômica de execução das ações quando elas envolvem necessariamente todas as Unidades da Federação. Um exemplo disso ocorreu na ação de capacitação. No primeiro mês de atividade, a rede de ensino a distância, administrada pela SENASP, aplicou R\$ 401.000 para capacitar 2.605 policiais. Assim, o custo por aluno foi de R\$ 153,93, significativamente menor que o existente em vários convênios assinados com os Estados. Importante destacar que a execução direta não pode substituir o repasse de recursos via convênio, pois existem ações que correspondem às necessidades específicas de cada Unidade da Federação.

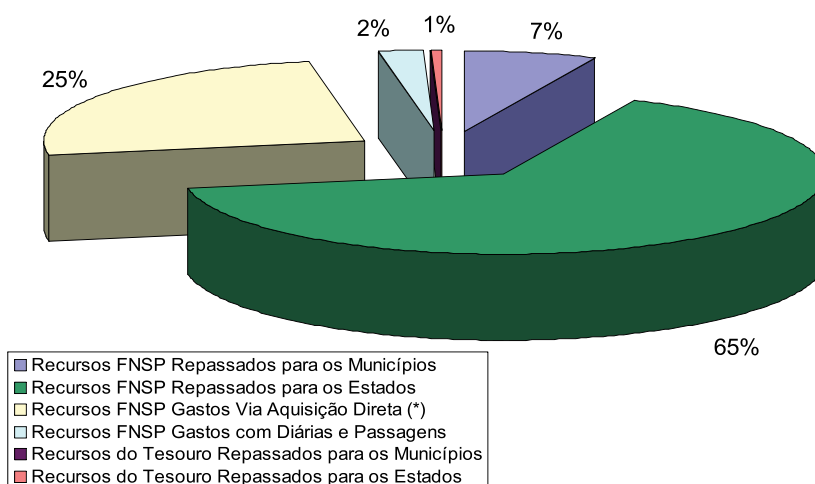
Em relação à economia de recursos, é importante relatarmos o avanço trazido pela SENASP na execução dos registros de preço. A realização de um registro de preços leva a situação onde as Unidades da Federação podem aproveitar uma grande licitação elaborada pelo Governo Federal para economizar tempo e recursos na execução dos seus convênios. Por serem compras envolvendo um volume maior de equipamentos, o valor unitário fica bem mais baixo. Assim, por exemplo, no final de 2005, um veículo Blazer 2.8 - Diesel - 4X4, que seria comprada por R\$ 115.000,00 foi adquirida por R\$ 103.000,00; e um Nissan XTerra, que seria comprado por R\$ 125.000,00 foi adquirido por R\$ 114.000,00.

Apresentamos abaixo uma síntese dos recursos gastos pela SENASP (2003 a 2005) distribuídos em: I) recursos do FNSP repassados para Estados e municípios; II) recursos gastos por meio de aquisição direta e em diárias e passagens; III) recursos do Tesouro repassados para Estados e municípios.

Tipos de Gasto e Repasse de Recursos	Valor Repassado (R\$)
	(2003 a 2005)
Recursos FNSP Repassados para os Municípios	R\$ 55.496.939,33
Recursos FNSP Repassados para os Estados	R\$ 535.992.544,96
Recursos FNSP gastos Via Aquisição Direta (*)	R\$ 207.417.171,54
Recursos FNSP Gastos com Diárias e Passagens (**)	R\$ 19.241.483,49
Recursos do Tesouro Repassados para os Municípios	R\$ 177.264,00
Recursos do Tesouro Repassados para os Estados	R\$ 4.416.911,98
TOTAL	R\$ 822.742.315,30

(*) Este recurso inclui os restos a pagar de cada ano.

(**) Este recurso envolve os gastos no processo de capacitação da Força Nacional.



5.1. Recursos para Municípios por Meio de Convênio

Os recursos repassados para os municípios na forma de convênio nos últimos três anos (2003 a 2005) estão expostos na tabela abaixo. Tais recursos foram repassados para 111 municípios e privilegiaram a execução de ações de prevenção, construídas a partir do investimento em duas áreas específicas: Prevenção (custeio e capital) e Treinamento (custeio). Os municípios foram escolhidos por meio de um índice estatístico construído a partir da análise de informações sobre incidência de homicídios e características sociais, urbanas e econômicas dos municípios. Cabe destacar que o município de Vitória (ES) assinou um convênio com a SENASP, com recursos financeiros provenientes do Tesouro na ordem de R\$ 177.264,00 – para treinamento dos servidores do Centro Integrado de Cidadania e avaliação dos serviços prestados.

Municípios Atendidos por Unidade da Federação (2003 a 2005)

Unidades da Federação	Municípios Atendidos	Percentual
Acre	1	0,9
Alagoas	1	0,9
Amapá	1	0,9
Amazonas	1	0,9
Bahia	1	0,9
Ceará	1	0,9
Espírito Santo	5	4,5
Goiás	2	1,8
Maranhão	1	0,9
Mato Grosso	1	0,9
Mato Grosso do Sul	1	0,9
Minas Gerais	10	9,1

Unidades da Federação	Municípios Atendidos	Percentual
Pará	2	1,8
Paraná	6	5,5
Pernambuco	7	6,4
Rio de Janeiro	10	9,1
Rio Grande do Norte	1	0,9
Rio Grande do Sul	8	7,3
Roraima	1	0,9
Santa Catarina	2	1,8
São Paulo	46	40,9
Sergipe	1	0,9
Tocantins	1	0,9
Total	111	100,0

Convênios Municípios - Gestão FNSP (2003 a 2005)

UF	Municípios	Recursos (R\$)	UF	Municípios	Recursos (R\$)	UF	Municípios	Recursos (R\$)
AC	Rio Branco	349.657,60	PR	Foz do Iguaçu	409.315,77	SP	Franca	221.868,64
AL	Maceió	762.102,00	PR	Mandirituba	186.688,88	SP	Franco da Rocha	240.000,00
AM	Manaus	467.000,00	PR	Matinhos	218.931,52	SP	Guarujá	609.414,52
AP	Macapá	593.763,25	PR	Paranaguá	363.322,00	SP	Guarulhos	477.208,33
BA	Juazeiro	336.239,10	RJ	Barra Mansa	400.040,00	SP	Hortolândia	235.804,37
CE	Fortaleza	631.228,77	RJ	Belford Roxo	319.420,00	SP	Ilha Solteira	75.589,50
ES	Cachoeiro de Itapemirim	306.329,90	RJ	Mesquita	44.000,00	SP	Indaiatuba	5.048.378,88
ES	Cariacica	63.052,30	RJ	Niterói	700.000,00	SP	Iracemápolis	50.325,00
ES	Serra	128.024,62	RJ	Paracambi	384.000,00	SP	Itararé	100.000,00
ES	Viana	270.173,27	RJ	Quatis	38.000,00	SP	Itu	253.280,00
ES	Vitória	159.780,00	RJ	Resende	400.000,00	SP	Jacareí	415.514,07
GO	Aparecida de Goiânia	443.700,00	RJ	Rio de Janeiro	200.000,00	SP	Jundiaí	370.857,30
GO	Goiânia	762.285,01	RJ	Rio de Janeiro	1.779.100,00	SP	Limeira	304.547,68
MA	São Luís	722.547,00	RJ	São Pedro da Aldeia	337.695,20	SP	Mairinque	244.180,47
MG	Belo Horizonte	918.631,64	RN	Natal	528.240,90	SP	Mauá	586.669,05
MG	Betim	248.257,16	RR	Boa Vista	537.043,05	SP	Osasco	848.697,20
MG	Conselheiro Lafaiete	153.000,00	RS	Caxias do Sul	646.613,82	SP	Piracicaba	500.000,00
MG	Governador Valadares	393.761,02	RS	Gravatá	286.598,02	SP	Pitangueiras	152.070,40
MG	Itabirito	159.708,00	RS	Novo Hamburgo	325.217,20	SP	Porto Feliz	245.450,35
MG	Nova Lima	192.720,00	RS	Pelotas	70.000,00	SP	Potirendaba	50.000,00
MG	Poços de Caldas	175.296,26	RS	Pelotas	380.000,00	SP	Ribeirão Preto	446.488,92
MG	Sabará	254.640,00	RS	Porto Alegre	3.242.132,38	SP	Rio Claro	249.068,00
MG	São João Del Rei	53.284,40	RS	Rio Grande	185.166,56	SP	Santana de Parnaíba	359.933,92
MG	Uberaba	240.000,00	RS	São Leopoldo	243.214,28	SP	Santos/SP	492.971,52
MS	Corumbá	317.132,00	SC	Florianópolis	220.181,20	SP	São Bernardo do Campo	681.384,19
MT	Cuiabá	300.661,38	SC	São José	632.445,20	SP	São Carlos	270.316,09
PA	Belém	735.589,80	SE	Aracaju	333.000,00	SP	São Paulo	7.600.000,00
PA	Paragominas	230.631,30	SP	Amparo	555.200,00	SP	São Pedro	122.192,00
PE	Cabo de Santo Agostinho	465.392,42	SP	Araraquara	238.663,28	SP	São Roque	199.032,40
PE	Igarassu	325.849,50	SP	Artur Nogueira	118.760,00	SP	São Sebastião	173.640,00
PE	Olinda	248.544,00	SP	Bebedouro	144.000,00	SP	São Vicente	655.687,12
PE	Paudalho	206.366,22	SP	Cabreúva	175.284,00	SP	Serrana	276.772,28
PE	Pesqueira	105.288,48	SP	Campinas	44.496,13	SP	Sorocaba	322.328,00
PE	Petrolina	269.690,40	SP	Campinas	522.913,60	SP	Sumaré	355.088,80
PE	Recife	783.472,00	SP	Catanduva	114.704,56	SP	Suzano	289.143,20
PR	Curitiba	1.360.819,07	SP	Diadema	1.248.000,00	SP	Várzea Paulista	277.606,80
PR	Fazenda Rio Grande	220.389,60	SP	Embu Guaçu	250.725,63	TO	Palmas	517.309,68

5.2. Recursos para Estados por Meio de Convênio

Os recursos repassados para os Estados por meio de convênio, entre 2003 e 2005, foram os constantes na tabela abaixo. Os valores expostos constituem valores referentes aos convênios já assinados e em execução.

Convênios Estados - Gestão FNSP (2003 a 2005)

Unidades da Federação	Recursos (R\$)
Acre	R\$ 10.821.325,64
Alagoas	R\$ 8.025.292,70
Amazonas	R\$ 12.712.029,67
Amapá	R\$ 15.661.425,58
Bahia	R\$ 21.522.697,94
Ceará	R\$ 15.832.138,34
Distrito Federal	R\$ 11.014.320,59
Espírito Santo	R\$ 13.158.092,16
Goiás	R\$ 19.799.641,59
Maranhão	R\$ 9.417.541,96
Minas Gerais	R\$ 45.734.243,09
Mato Grosso do Sul	R\$ 13.582.510,28
Mato Grosso	R\$ 13.674.296,06
Pará	R\$ 20.820.060,53
Paraíba	R\$ 9.528.312,22
Pernambuco	R\$ 25.075.873,86
Piauí	R\$ 9.471.819,37
Paraná	R\$ 13.367.372,05
Rio de Janeiro	R\$ 63.835.540,49
Rio Grande do Norte	R\$ 27.659.877,82
Rondônia	R\$ 9.704.439,24
Roraima	R\$ 12.233.789,38
Rio Grande do Sul	R\$ 34.520.824,76
Santa Catarina	R\$ 11.926.812,65
Sergipe	R\$ 6.862.422,99
São Paulo	R\$ 72.816.750,50
Tocantins	R\$ 7.213.093,50
TOTAL	R\$ 535.992.544,96

A distribuição dos convênios com os Estados por área de investimento foi a seguinte:

Áreas de Investimento	(2003 a 2005)
	N. de Convênios
Reaparelhamento e Modernização	136
Atividade de Defesa Social	32
Prevenção / Polícia Comunitária	69
Capacitação dos Policiais	82
Sistema de Acompanhamento	2
Emendas Parlamentares	3
Gestão do Conhecimento	51
Unidades Funcionais	62
Outros	1
Total de Convênios Assinados	429

5.3. Recursos Repassados Via Aquisição Direta

Dispomos na tabela abaixo os recursos repassados para os 27 Estados via aquisição direta nos anos de 2004 e 2005. Todas as ações executadas em 2003 e algumas executadas em 2004 não estão incluídas nesta tabela pois não podem ser divididas entre os Estados. Isso ocorre quando ações envolvem a aquisição de um mesmo produto que é compartilhado por todas as Unidades da Federação. Assim, a diferença existente de aproximadamente R\$ 50 milhões em relação ao total de recursos repassados via direta resulta da existência de ações onde não se pode quantificar precisamente o recurso repassado a cada Estado.

Unidades da Federação	Aquisição Direta (2004 e 2005)
Acre	R\$ 6.095.211,65
Alagoas	R\$ 4.914.545,51
Amazonas	R\$ 5.806.072,28
Amapá	R\$ 4.364.667,67
Bahia	R\$ 7.688.624,87
Ceará	R\$ 3.855.340,00
Distrito Federal	R\$ 4.100.950,00
Espírito Santo	R\$ 16.184.404,35
Goiás	R\$ 7.129.936,51
Maranhão	R\$ 4.106.120,70
Minas Gerais	R\$ 8.561.846,00
Mato Grosso do Sul	R\$ 3.345.957,48
Mato Grosso	R\$ 6.854.022,64
Pará	R\$ 4.936.176,36

Unidades da Federação	Aquisição Direta (2004 e 2005)
Paraíba	R\$ 4.216.836,35
Pernambuco	R\$ 5.272.345,66
Piauí	R\$ 4.793.445,00
Paraná	R\$ 4.212.362,64
Rio de Janeiro	R\$ 13.682.113,89
Rio Grande do Norte	R\$ 2.485.254,00
Rondônia	R\$ 6.944.817,57
Roraima	R\$ 4.480.210,00
Rio Grande do Sul	R\$ 7.914.854,85
Santa Catarina	R\$ 3.901.080,00
Sergipe	R\$ 3.886.721,78
São Paulo	R\$ 2.339.468,24
Tocantins	R\$ 3.638.869,32
Total	R\$ 155.712.255,32

5.4. Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Na tabela abaixo, são apresentados os bens adquiridos ou em plano de trabalho para aquisição durante os anos de 2003, 2004 e 2005, a partir dos convênios assinados pelas unidades da federação com a SENASP.

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	1634	Carabinas e Espingardas	1009
Furgões/Caminhonetes	103	Pistola e Revolver	9848
Viaturas para Transporte de Presos	505	Metralhadora	263
Motocicletas	609	Fuzil	183
Outros	245	Outros	1159
Obras (Construções e Reformas)	156	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não Letal	12575	Algema	7372
Equipamentos de Comunicação	14167	Colete	22523
Equipamentos de Informática	19151	Outros	15065
Equipamentos Eletrônicos	12877	Alunos capacitados	71336
Mobiliário	32628		

Entre os equipamentos adquiridos ou em plano de trabalho para aquisição durante os anos de 2003, 2004 e 2005, destacam-se como mais freqüentemente adquiridos:

- Equipamentos de Transporte: viaturas pequenas e médias, viaturas para transporte de presos e motocicletas;
- Equipamentos de Proteção: coletes a prova de balas e algemas;
- Armamento Não Letal: granada de efeito moral e munição não letal (bala de borracha, etc);
- Armamento Letal: pistolas e revólveres;
- Equipamentos de Comunicação: rádios portáteis e repetidoras / estações fixas;
- Equipamentos de Informática: computadores e impressoras;
- Equipamentos Eletrônicos: máquinas fotográficas, ar condicionado e televisores.

5.5. Total de Recursos Repassados Segundo os Estados

Nesta seção apresentamos o total de recursos repassados segundo os estados por meio do somatório dos recursos do FNSP repassados via convênio para estados e municípios e via aquisição direta.

Unidades da Federação	Total Recursos Repassados (2003 a 2005)
Acre	R\$ 17.266.194,89
Alagoas	R\$ 13.701.940,21
Amazonas	R\$ 18.985.101,95
Amapá	R\$ 20.619.856,50
Bahia	R\$ 29.547.561,91
Ceará	R\$ 20.318.707,11
Distrito Federal	R\$ 15.115.270,59
Espírito Santo	R\$ 30.269.856,60
Goiás	R\$ 28.135.563,11
Maranhão	R\$ 14.246.209,66
Minas Gerais	R\$ 57.085.387,57
Mato Grosso do Sul	R\$ 17.245.599,76
Mato Grosso	R\$ 20.828.980,08

Pará	R\$ 26.722.457,99
Paraíba	R\$ 13.745.148,57
Pernambuco	R\$ 32.752.822,54
Piauí	R\$ 14.265.264,37
Paraná	R\$ 20.339.201,53
Rio de Janeiro	R\$ 82.119.909,58
Rio Grande do Norte	R\$ 30.673.372,72
Rondônia	R\$ 16.649.256,81
Roraima	R\$ 17.251.042,43
Rio Grande do Sul	R\$ 47.814.621,87
Santa Catarina	R\$ 16.680.519,05
Sergipe	R\$ 11.082.144,77
São Paulo	R\$ 102.370.474,94
Tocantins	R\$ 11.369.272,50
Total	R\$ 747.201.739,61

6. Avaliação das Ações da SENASP na Implantação do SUSP

A partir desta seção do relatório, faremos a exposição de duas avaliações de resultado. A primeira detalha a implantação do SUSP nas Unidades da Federação em termos da execução, pelos Estados, de algumas ações fundamentais propostas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil. A segunda considera a execução do Plano Plurianual da SENASP, documentando a realização das ações mais importantes dispostas no PPA.

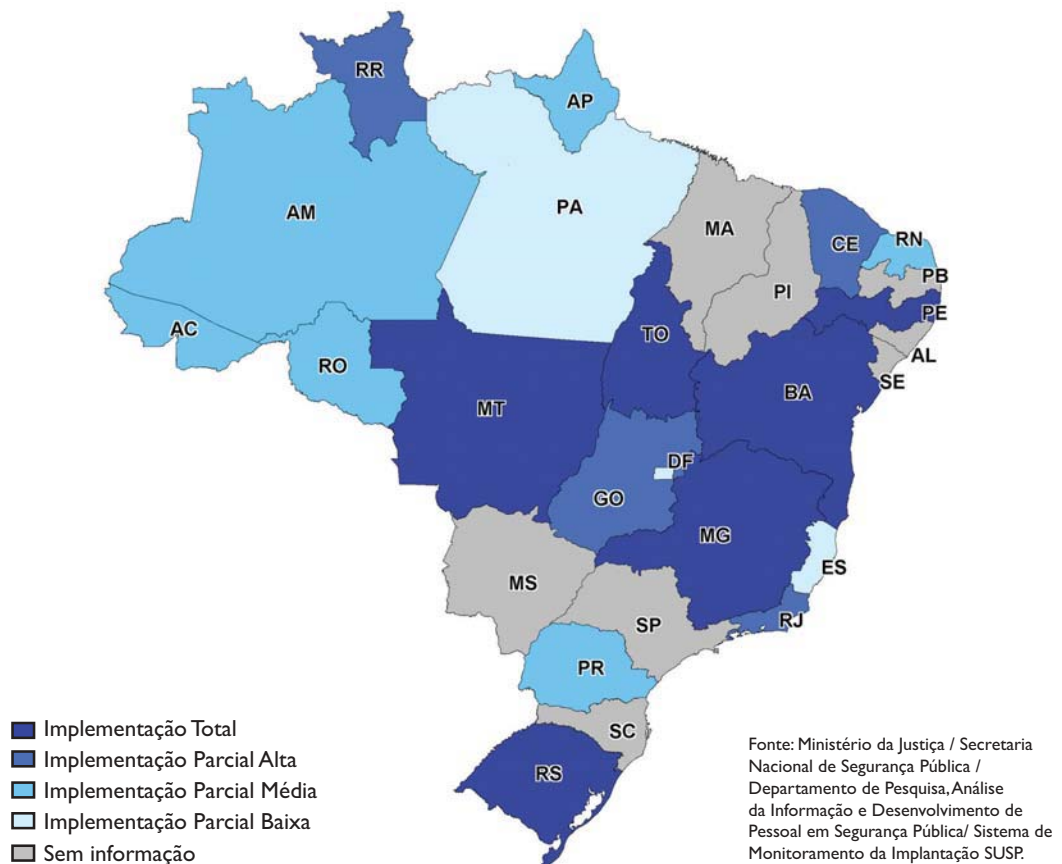
6.1. Avaliação da Implantação do SUSP

Esta avaliação de resultados foi elaborada a partir de informações coletadas e sistematizadas pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP, criado em dezembro de 2004. A execução da avaliação envolve a coleta de informações qualitativas sobre 27 itens relacionados ao acompanhamento das ações que vêm sendo empreendidas pelas organizações estaduais de segurança pública na implantação do SUSP em seis eixos estratégicos estruturantes: Gestão do Conhecimento, Reorganização Institucional, Formação e Valorização Profissional, Prevenção, Estruturação da Perícia e Controle Externo e Participação Social. Apenas o eixo denominado Redução da Violência não foi avaliado. Isso porque ele é responsável por ações que envolvem mais o reaparelhamento das organizações policiais do que a implantação do SUSP.

6.1.1. Gestão do Conhecimento

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; 2) Situação de alimentação do INFOSEG; 3) Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Cíveis e Polícias Militares (integração dos processos de coleta e registro de informações em apenas uma base de dados); 4) Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de gestão do conhecimento (projetos que visam, ao mesmo tempo, a modernização tecnológica, a capacitação dos profissionais e a implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação). A análise das informações relativas aos quatro itens da área de Gestão do Conhecimento aponta que os principais êxitos são a alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal e do Sistema INFOSEG. A principal falha é a falta de investimento dos Estados em projetos para modernização da área de gestão do conhecimento. A implementação dessas ações pelos Estados se encontra da seguinte forma:

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2004)

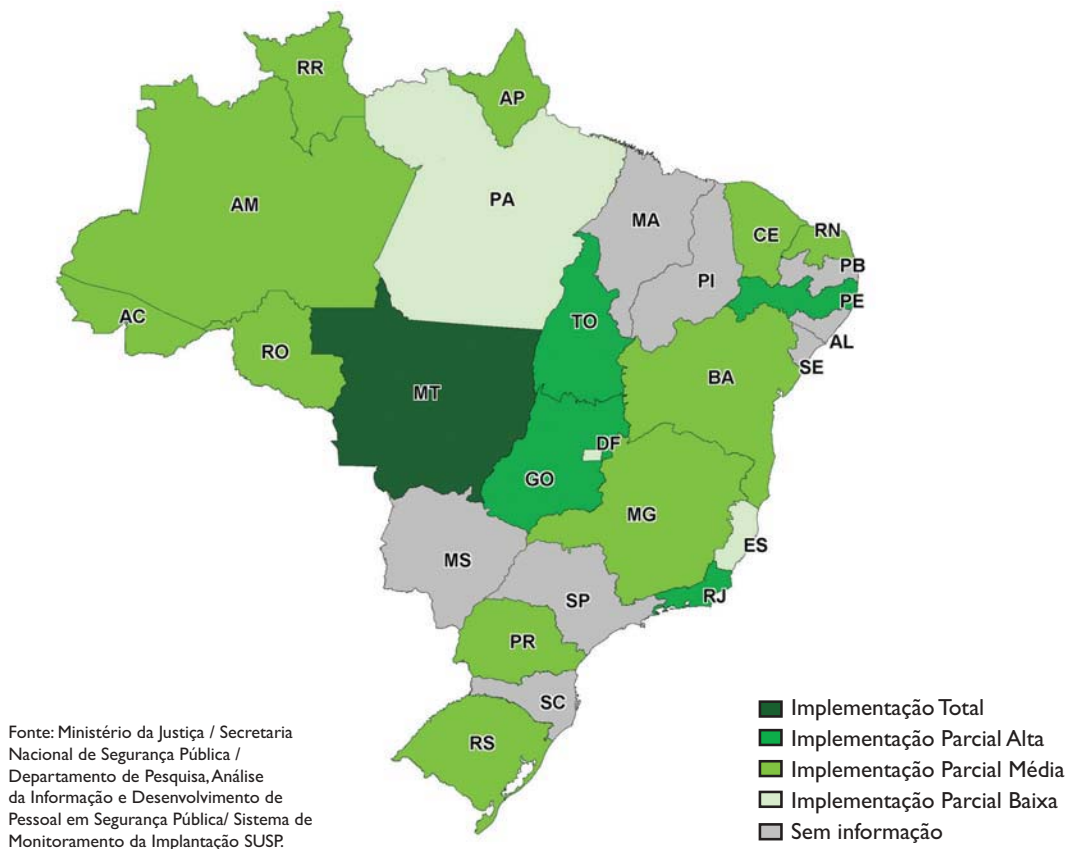


6.1.2. Reorganização Institucional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações; 2) Situação do processo de implantação do Gabinete de Gestão Integrada ou órgão correspondente na UF; 3) Situação do processo de implantação do projeto de integração das Corregedorias de Polícia na UF; 4) Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos três anos (2001 a 2003) na UF.

A análise das informações relativas aos quatro itens da área de Reorganização Institucional evidencia que o principal êxito desta área é a consolidação dos Gabinetes de Gestão Integrada. A principal falha é a não execução da integração das Corregedorias de Polícia nas Unidades da Federação.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2004)

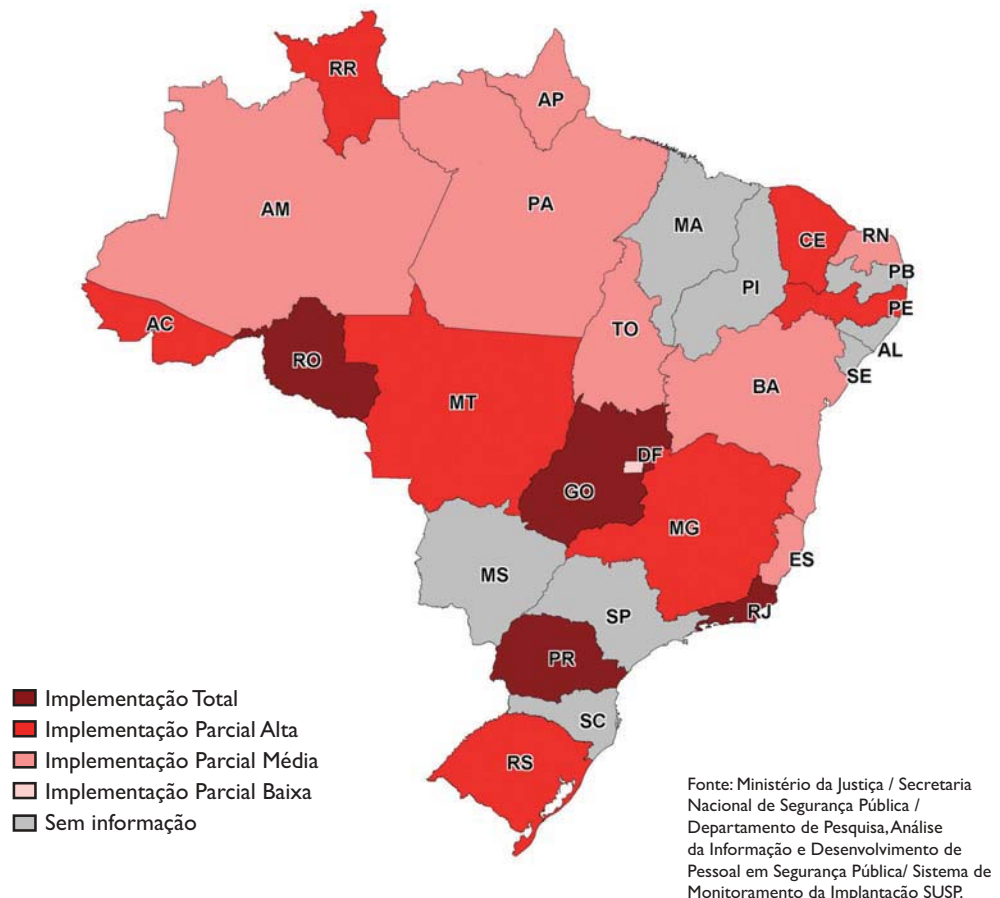


6.1.3. Formação e Valorização Profissional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação do processo de implantação da Matriz Curricular Nacional nas Academias e Centros de Formação; 2) Situação do processo de integração das instituições de ensino policial; 3) Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psicossocial) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para toda a corporação; 4) Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública.

A análise das informações relativas aos quatro itens da área de Formação e Valorização Profissional mostra que o principal êxito desta área é a inserção dos Direitos Humanos no processo formativo dos policiais. A principal falha é a baixa implantação pelos Estados de projetos de atendimento integral à saúde a serem disponibilizados para toda a corporação policial.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2004)

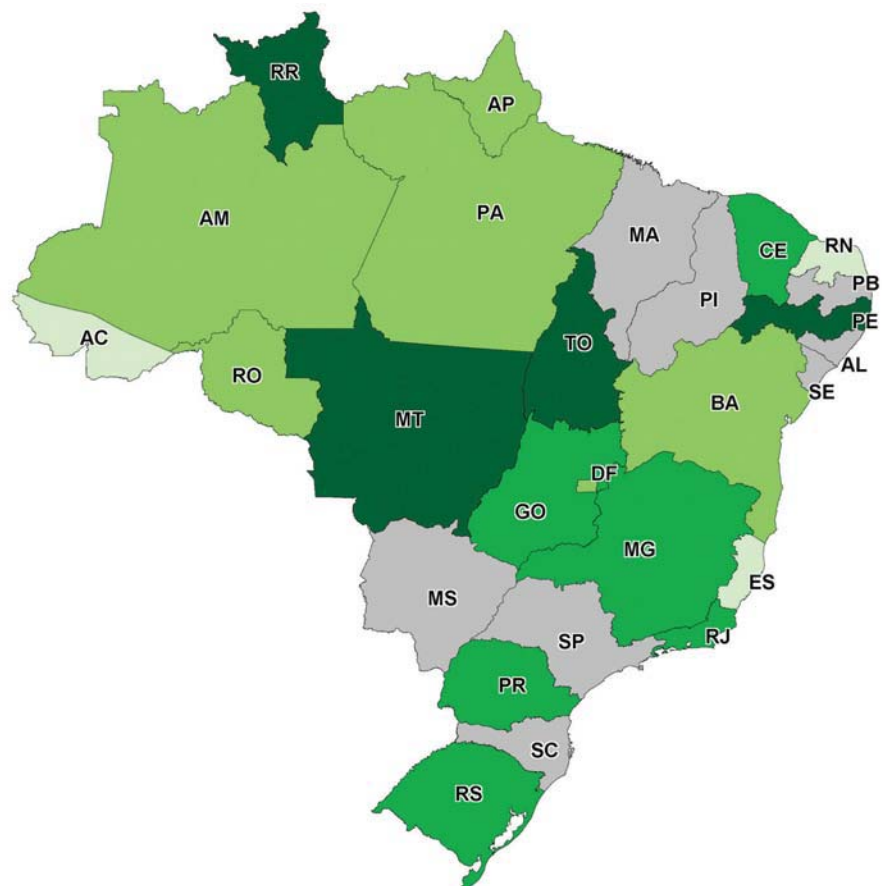


Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação de implantação de programas estaduais de prevenção à violência implantados no Estado; 2) Situação de implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica; 3) Situação da rede multissetorial de programas de prevenção primária e secundária nas instituições públicas; 4) Situação de implantação de programa visando modernização das DEAMs; 5) Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento; 6) Situação da política de implantação das Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional; 7) Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública; 8) Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A análise das informações relativas aos oito itens da área de Prevenção identifica que os principais êxitos dessa área foram a implantação de programas estaduais de prevenção à violência com abrangência estadual e o apoio dos Estados à implantação do Estatuto do Desarmamento. Entre as seis áreas analisadas, a área de prevenção é a que possui maior número de ações cuja implantação não alcançou êxito satisfatório. As principais falhas na implantação foram relativas aos programas visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública e às Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

- Implementação Total
- Implementação Parcial Alta
- Implementação Parcial Média
- Implementação Parcial Baixa
- Sem informação

Mapa: Comparação da Implantação de Prevenção por Unidade de Federação (Brasil – 2004)



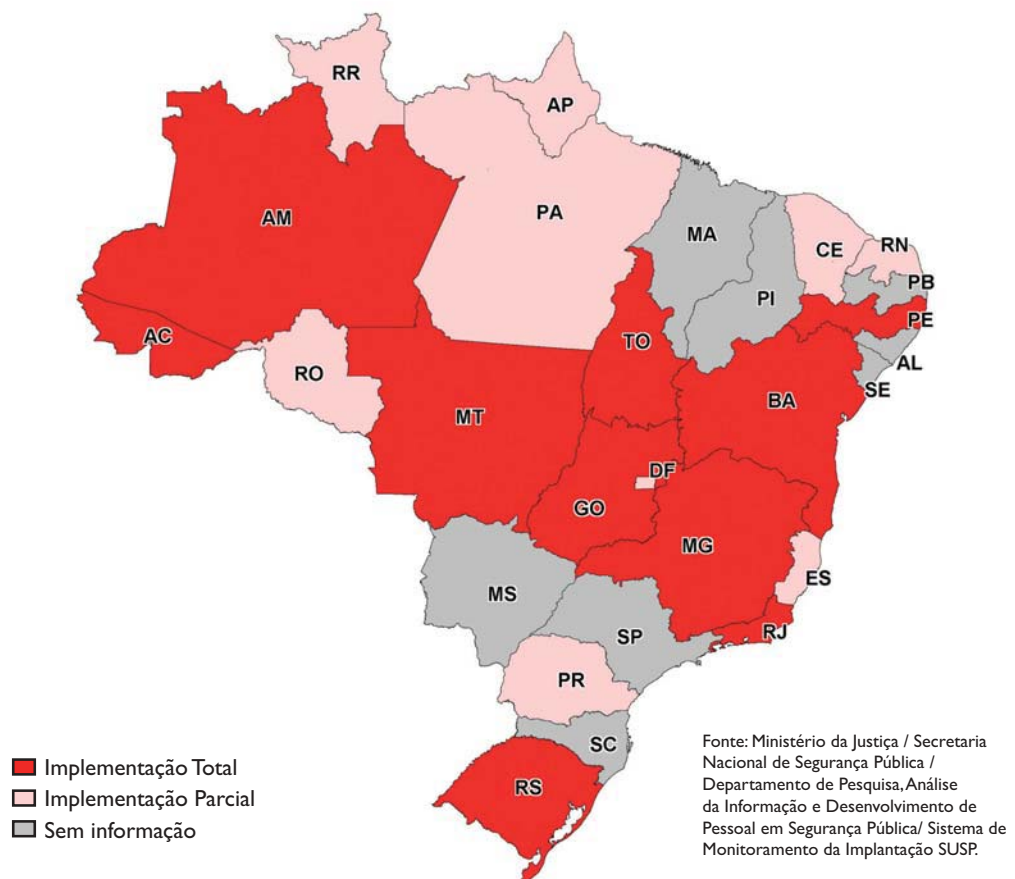
Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP.

6.1.5. Estruturação da Perícia

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação da adesão ao acordo de cooperação para implantação dos Laboratórios de DNA Forense; 2) Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IML, II e IC; 3) Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam, ao mesmo tempo, a modernização tecnológica, a capacitação dos profissionais e a implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação).

A análise das informações relativas aos três itens da área de Estruturação da Perícia evidencia que os principais êxitos desta área foram a adesão dos Estados ao acordo de cooperação para implantação dos Laboratórios de DNA Forense e a existência de investimentos dos Estados em projetos para modernização da área de perícia. O único item que evidenciou a existência de algum problema para a implantação foi o processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IML, II e IC.

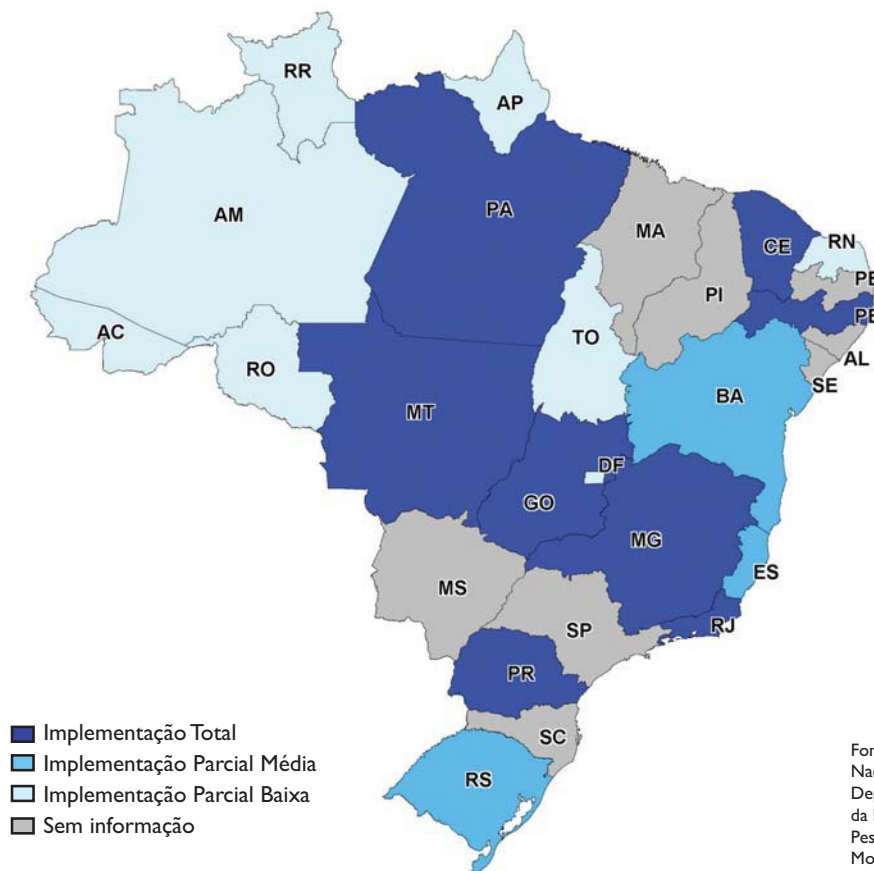
Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2004)



Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre os seguintes itens: 1) Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia; 2) Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de Direitos Humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; 3) Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública.

A análise das informações relativas aos três itens da área de Controle Externo e Participação Social evidencia que dois êxitos relativos dessa área foram a implantação das Ouvidorias de Polícia e a promoção do encaminhamento legal de violações de Direitos Humanos. O único item que demonstrou a existência de algum problema para a implantação foi o processo de participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública.

Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Controle Externo e Participação Social entre os Estados (Brasil – 2004)



6.1.7. Conclusão - Eficiência de Implantação do SUSP

A partir desta parte do relatório, abordaremos a eficiência de implantação do SUSP por área de atuação e a eficiência geral. O cálculo foi realizado a partir do número de ações que receberam a resposta: SIM dentro de um universo de ações previstas. Calculamos o índice levando em consideração duas situações: todos os 27 Estados e apenas os 19 Estados que nos enviaram as informações sobre a implantação do SUSP.

A análise que considera os 27 Estados nos mostra os seguintes resultados em relação à implantação do SUSP no ano de 2004:

- Na área de Gestão do Conhecimento, 47,2% das ações estavam concluídas;
- Na área de Reorganização Institucional, 37,9% das ações estavam concluídas;
- Na área de Formação e Valorização Profissional, 47,2% das ações estavam concluídas;
- Na área de Prevenção, 31% das ações estavam concluídas;
- Na área de Estruturação da Perícia, 59,2% das ações estavam concluídas;
- Na área de Controle Externo e Participação Social, 41,9% das ações estavam concluídas;
- Na avaliação geral de implantação do SUSP, 41,6% das ações estavam concluídas.

Índice de Eficiência da Implantação do SUSP por Área segundo as 19 UF que Enviaram Informações e as 27 UF Brasileiras (Brasil – 2004)

Área	Índice 19 UF (%)	Índice 27 UF (%)
GESTÃO DO CONHECIMENTO	67,1	47,2
REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	53,9	37,9
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	67,1	47,2
PREVENÇÃO	44,1	31,0
PERÍCIA	84,2	59,2
CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	59,6	41,9
TODAS AS ÁREAS REUNIDAS	59,1	41,6

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/ Sistema de Monitoramento da Implantação SUSP.

Destacamos que as análises desenvolvidas no monitoramento da implantação do SUSP levaram em conta a primeira consolidação dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. Por essa razão, é preciso levantar algumas considerações:

- Na maior parte dos Estados faltava uma clareza quanto à forma de documentar as respostas. Inúmeras vezes tentou-se comprovar a execução das

ações pelo envio dos seus projetos. Outras vezes, buscaram comprovar que uma ação existia simplesmente documentando a existência de um local para esta ação ser executada.

• Verificamos uma ausência da compreensão detalhada dos itens avaliados na maior parte dos Estados. Várias ações propostas como executadas em sua plenitude não atendiam de forma concreta a todos os critérios estipulados. Por exemplo, foi estipulado valorizar ações de modernização da área de gestão do conhecimento que visassem, ao mesmo tempo, modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação. Os documentos enviados pelos Estados comprovaram que apenas parte destes critérios era atendida.

6.2. Avaliação da Execução do PPA (Plano Plurianual)

A avaliação foi feita por meio do cálculo do Índice Sintético de Desempenho desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas anualmente pela SENASP nas agências estaduais e municipais de segurança pública. Realiza-se um monitoramento da implantação nacional de seis fatores que são considerados pontos principais da implantação do SUSP, constituindo uma síntese dos fatores analisados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Por fim, cabe esclarecer que o índice foi elaborado para explicitar o percentual de implantação do SUSP, onde propomos as seguintes metas de implantação:

	Ano1 2004	Ano2 2005	Ano3 2006	Ano4 2007
Acréscimo	25%	25%	25%	25%
Total Acumulado	25%	50%	75%	100%

O índice é calculado com a agregação de seis indicadores elaborados a partir das linhas estratégicas estabelecidas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública. Utiliza-se de um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Os fatores analisados são os seguintes:

1. Valorização e Formação Profissional
2. Gestão do Conhecimento
3. Reorganização Institucional

4. Estruturação e Modernização da Perícia
5. Prevenção
6. Controle Externo e Participação Social

Composição dos Indicadores de Conclusão de Metas

Fator 1 - Valorização e Formação Profissional: Implantação nacional da Matriz Curricular nas 27 Unidades da Federação.

Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação.

Fator 3 - Reorganização Institucional:

- 3.1 Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação.
- 3.2 Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação

Fator 4 - Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação nacional do Sistema Nacional de Identificação Criminal (AFIS) nas 27 Unidades da Federação.

Fator 5 - Prevenção: Implantação de quatro Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade

Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de Ouvidorias de Polícia nas 27 Unidades da Federação.

Fórmula de cálculo:

ISD = média (indicadores conclusão de metas)

Meta = meta prevista X fator de correção

O cálculo de correção é efetuado com o objetivo de reduzir a meta de implantação do programa de reforma das instituições de segurança pública em função das limitações orçamentárias. Assim, a meta é reduzida em função direta da razão entre recurso disponibilizado para a SENASP e recurso esperado. Se o recurso disponibilizado for 50% do valor esperado, a meta reduz também em 50%. Espera-se um acréscimo de 25% no ISD a cada ano. Se a razão entre valor disponibilizado e esperado for menor que um em determinado ano, o acréscimo da meta do ISD reduz, podendo afetar o índice alcançado após os quatro anos.

Fatores Avaliação	Previsto (2004)	Implantado (2004)	
		N. UF	(%)
: Ucf%!JUcf]nU~c`Y: cfa U~c`DfcÜgg]cbU: a d'UbU~c`bU]ébu`XUAUf]n`7i ff]W'Uf` nas 27 Unidades da Federação	25%	15	55,56%
Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação	25%	26	96%
Fator 3.1 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação	25%	12	44,44%
Fator 3.2 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação	25%	0	0,00%
Fator 4 - Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação nacional do Sistema B U]ébu`XY`XbhÜW]~c`7f]a]bU`fb: -G]bUg`&+`I b]XU]Yg`XU: YXfU~c`	25%	0	0%
Fator 5 - Prevenção: Implantação de 04 Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade	25%	1	25%
Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de Ouvidorias de Polícia nas 27 Unidades da Federação	25%	11	40,74%
Total	25%	37,43%	

Em relação ao Índice Sintético de Desempenho, verificamos que no ano de 2004 conseguimos um resultado bem acima do esperado. Nossa expectativa era alcançar 25% do sistema implantado e chegamos a 37,4% do SUSP implantado. Essa avaliação trouxe um resultado muito bom, pois no ano inicial de implantação do SUSP algumas Unidades da Federação já vinham realizando espontaneamente ações nesse sentido.

Fatores Avaliação	Previsto (2005)	Implantado (2005)	
		N. UF	(%)
Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação	42%	15	55,56%
Fator 2 - Gestão do Conhecimento: Implantação nacional do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal nas 27 Unidades da Federação	42%	27	100%
Fator 3.1 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível de formação nas 27 Unidades da Federação	42%	19	70,37%
Fator 3.2 - Reorganização Institucional: Integração das organizações policiais civis e militares no nível estratégico nas 27 Unidades da Federação	42%	10	37,04%
Fator 4 - Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação nacional do Sistema Nacional de Perícia Criminal nas 27 Unidades da Federação	42%	0	0%
Fator 5 - Prevenção: Implantação de 04 Consórcios Metropolitanos de Prevenção da Criminalidade	42%	1	25%
Fator 6 - Controle Externo e Participação Social: Implantação de Ouvidorias de Polícia nas 27 Unidades da Federação	42%	14	51,85%
Total	42%	48,54%	

No ano de 2005, em função do contingenciamento de 32% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, tivemos uma redução da meta prevista para ser alcançada de 50% para 42%. Desse modo, nossa expectativa era alcançar 42% do sistema implantado e chegamos a 48,5% do SUSP implantado. Neste segundo ano de análise, saímos da situação confortável do início e entramos na implantação real do SUSP empreendida pela equipe da SENASP.

Cabe ressaltar que o índice de avaliação dos resultados do PPA é elaborado a partir de informações coletadas por meio de um questionário encaminhado para as Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O questionário faz parte do Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP. Das 27 Unidades da Federação, só recebemos questionários respondidos de 19 delas.

7. Conclusão

Construindo um Futuro Melhor

A constatação de que as taxas anuais de homicídio no Brasil alcançaram um padrão de estabilidade nos últimos anos³, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP. No entanto, sob pena de simplificação, não poderíamos creditar a apenas uma instituição a responsabilidade por essa queda. Está reconhecido como princípio do Sistema Único de Segurança Pública que o investimento consistente e capaz de mudar a situação da segurança pública tem de envolver, necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Assim, assistimos atualmente no Brasil a uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho, etc. No entanto, devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado nos últimos anos a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais

Devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado nos últimos anos a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

³ Conforme atestam os dados das ocorrências criminais registradas pela Polícia Civil entre os anos de 2002 e 2004

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento.

foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública.

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Nesse período, a SENASP se consolidou ao assumir um papel central como planejadora e executora da política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil. É responsável também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no país. Por essa razão, optamos por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando-nos e protegendo-nos dos interesses políticos imediatistas que privilegiavam uma visão parcial da questão. Ao invés de realizar investimentos que nos levassem a adquirir “mais do mesmo” e que nos levaram ao estado de coisas que vivemos na segurança pública atualmente, desenvolvemos ações estruturantes da reforma das polícias no Brasil.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Até então, não houve tanto investimento na realização de pesquisas visando dar mais consistência ao planejamento e à execução de suas ações, assim como não havia tanta divulgação das estatísticas sobre a situação da segurança pública brasileira. Nunca se desenvolveram tantas formas de avaliação e monitoramento de suas ações e nem se aprofundou tanto na capacitação de seus profissionais nos temas relacionados à gestão de processos e resultados.

Assim, destacam-se: a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e municípios; a modernização dos índices de avaliação de

desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelas polícias – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho.

Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Também merecem destaque: a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Ensino à Distância em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo da criação dos Consórcios Metropolitanos de Prevenção à Violência e Criminalidade. Mais do que a integração e a articulação, essas ações iniciaram um processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente de diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de recursos repassados era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou também nesse particular uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e Municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas.

Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento de policiais e reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe a realização de uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil. Esse processo é lento e complexo. Envolve uma mudança de paradigma na área de segurança pública. Porém, mesmo

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho.

Um dos temas de maior frequência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o dos Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as forças policiais começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

nesse sentido, já temos sinais que nos permitem identificar que a mudança vem ocorrendo. Hoje, muitas organizações de segurança pública no país já elaboram suas ações tendo como pano de fundo a análise dos resultados alcançados. Um dos temas de maior frequência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o dos Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as forças policiais começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

Graças às condições de trabalho oferecidas pelo Governo Federal, a SENASP conseguiu realizar 50 ações durante três anos. Uma análise cuidadosa dessas ações – a partir de uma visão que privilegia uma política nacional de segurança pública voltada para a construção da paz, para a transformação dos policiais em educadores da cidadania e promotores de Direitos Humanos e para a estruturação dos trabalhos executados segundo pressupostos científicos de ação – nos leva a concluir que o Governo contribui consistentemente para a construção de uma nova fase na história da segurança pública. Tudo isso permitirá ao povo brasileiro acreditar em um futuro melhor para o país.

Hoje, nossos policiais trabalham em um ambiente no qual a informação está presente de forma mais imediata e qualificada, garantindo, por exemplo, que pessoas com ficha criminal em qualquer lugar do país sejam mais facilmente detidas pelas polícias ou que os veículos sejam monitorados de forma contínua ao passarem pelas nossas fronteiras. Os gestores das diversas organizações de segurança pública realizam atualmente suas atividades de forma mais integrada, utilizando as técnicas de gestão de políticas públicas, produzindo diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados.

As organizações de segurança pública nunca receberam tanto subsídio proveniente da comunidade acadêmica, especificando com detalhes quais são os meios e metas que devem ser promovidos para melhorar a segurança pública no país. Nossos policiais estão mais capacitados para atuar de acordo as modernas técnicas da atuação profissional, respeitando os princípios dos Direitos Humanos e com uma consciência crítica que lhes ensina a valorizar e respeitar a vida.

O respeito às minorias e grupos vulneráveis e a promoção de uma polícia aberta para a comunidade é uma das marcas desse processo de reforma das polícias promovido pelo Governo Federal. Nunca se observou uma valorização tão grande das atividades de prevenção entre as organizações de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, uma mudança no sentido de perceber que as ações de prevenção pressupõem uma ampliação da responsabilização sobre essa área, incluindo outros órgãos públicos – saúde, educação, trabalho, etc. Por fim, cabe destacar a importância das mudanças

trazidas pela modernização constante dos equipamentos de trabalho das organizações de segurança pública, não apenas das viaturas e armas, mas de equipamentos de informática, de comunicação e de perícia, permitindo alcançar resultados melhores em atividades de policiamento ostensivo, investigativo e técnico.

Aproveitando os resultados alcançados nos últimos três anos de atividade e em função dos diagnósticos cada vez mais detalhados em relação à situação da segurança pública do Brasil, a SENASP centrará suas ações em 2006 na realização de duas atividades principais: a preparação da segurança para os Jogos Pan-americanos em 2007 – em função do reconhecimento da importância das ações da Força Nacional – e a implantação de um conjunto de ações centradas nos 100 municípios com pior situação da segurança pública no país. Essas duas ações deverão envolver praticamente todos os eixos estratégicos de ação da SENASP, direcionando-se, principalmente, para a execução de ações de prevenção, para a abertura da polícia para a comunidade, para a modernização dos recursos de trabalho das polícias e para a capacitação intensa dos policiais, centrada nas áreas de Direitos Humanos e gestão.

Ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp em cada Unidade da Federação (2003/2005)

ACRE

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 10.821.325,64
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 349.657,60
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 6.095.211,65

Bens adquiridos por convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	7	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	1	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	12	Fuzil	0
Outros	3	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)		Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	48	Colete	10
Equipamentos de Informática	259	Outros	29
Equipamentos Eletrônicos	344		
Mobiliário	1710		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública sua implantação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição de equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, oito equipamentos de proteção respiratória, 18 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e três equipamentos de mergulho.

Prevenção à Violência e Criminalidade

- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Rio Branco.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país em Etipaciolândia;
- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de uma viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Rio Branco)
- Aquisição de 94 viaturas (R\$3.964.831,88) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 159 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

ALAGOAS

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 8.025.292,70
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 762.102,00
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.914.545,51

Bens adquiridos por convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	6	Carabinas e Espingardas	60
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	500
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	20
Motocicletas	8	Fuzil	1
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	6333	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	33	Colete	2792
Equipamentos de Informática	52	Outros	1153
Equipamentos Eletrônicos	81		
Mobiliário	134		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Repasse de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 230 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua implantação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição de equipamentos para os Corpos de Bombeiros: quatro viaturas, oito equipamentos de proteção respiratória, 22 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 13 equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção à Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Maceió.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Maceió e Arapiraca)
- Aquisição de 73 viaturas (R\$ 2.471.120,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 161 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de três Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de dez supervisores de segurança portuária.

AMAPÁ

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 15.661.425,58
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 593.763,25
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.364.667,67

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	17	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	3	Pistola e Revolver	154
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	7
Motocicletas	27	Fuzil	0
Outros	59	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	122	Algema	65
Equipamentos de Comunicação	137	Colete	436
Equipamentos de Informática	374	Outros	96
Equipamentos Eletrônicos	299		
Mobiliário	1930		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Repasse de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 250 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a sua implantação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: duas viaturas, cinco equipamentos de proteção respiratória, 25 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 20 equipamentos de mergulho e sete desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Macapá.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Santana e Macapá);
- Aquisição de 55 viaturas (R\$ 2.817.590,00) para as polícias;
- Capacitação de 3 representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 158 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de dois Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de cinco supervisores de segurança portuária.

AMAZONAS

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 12.712.029,67
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 467.000,00
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 5.806.072,28

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	0	Carabinas e Espingardas	30
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	160
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	0	Fuzil	0
Outros	6	Outros	160
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	360	Algema	200
Equipamentos de Comunicação	61	Colete	791
Equipamentos de Informática	153	Outros	285
Equipamentos Eletrônicos	106		
Mobiliário	407		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 288 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos

Humanos;

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de quatro kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para a sua implantação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, dez equipamentos de proteção respiratória, 49 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e quatro desencarceradores.

Prevenção à Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Manaus.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Manaus e Tefé);
- Aquisição de 94 viaturas (R\$ 3.149.702,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 185 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

BAHIA

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 21.522.697,94
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 336.239,10
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 7.688.624,87

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	71	Carabinas e Espingardas	80
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	574
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	46
Motocicletas	5	Fuzil	88
Outros	0	Outros	100
Obras (Construções e Reformas)		Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	353	Colete	568
Equipamentos de Informática	920	Outros	13
Equipamentos Eletrônicos	342		
Mobiliário	2269		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Financiamento do Curso de Especialização em Segurança Pública realizado pela UFBA para 60 policiais;
- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 31.111 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação;

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, 55 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 93 equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Juazeiro.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Salvador e Feira de Santana);
- Aquisição de 151 viaturas (R\$ 5.397.253,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 189 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de cinco Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 44 supervisores de segurança portuária.

CEARÁ

Recursos:

- Repassados por meio de convênio: R\$ 15.832.138,34
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 631.228,77
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 3.855.340,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	55	Carabinas e Espingardas	83
Furgões/Caminhonetes	21	Pistola e Revolver	969
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	128	Fuzil	13
Outros	2	Outros	28
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	830	Algema	10
Equipamentos de Comunicação	860	Colete	1055
Equipamentos de Informática	945	Outros	0
Equipamentos Eletrônicos	155		
Mobiliário	556		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de dois projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;

- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de cinco kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 1.397 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: duas viaturas, dez equipamentos de proteção respiratória, 60 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 23 equipamentos de mergulho, quatro equipamentos de proteção para produtos perigosos e seis desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Fortaleza.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Fortaleza e Crato);
- Aquisição de 62 viaturas (R\$ 2.614.740,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 189 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de dois Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 6 supervisores de segurança portuária.

DISTRITO FEDERAL

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 11.014.320,59
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.100.950,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	45	Carabinas e Espingardas	18
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	100
Viaturas para Transporte de Presos	18	Metralhadora	0
Motocicletas	10	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	43	Colete	50
Equipamentos de Informática	171	Outros	1
Equipamentos Eletrônicos	172		
Mobiliário	137		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de quatro projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no DF.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 6 kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 1.150 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 925 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e 24 equipamentos de mergulho.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratórios de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de uma viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Brasília)
- Aquisição de 60 viaturas (R\$ 2.860.350,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 241 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado.

ESPÍRITO SANTO

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 13.158.092,16;
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 927.360,09;
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 16.184.404,35

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	4	Carabinas e Espingardas	50
Furgões/Caminhonetes	2	Pistola e Revolver	640
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	20
Motocicletas	3	Fuzil	4
Outros	11	Outros	340
Obras (Construções e Reformas)		Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	200	Algema	600
Equipamentos de Comunicação	366	Colete	644
Equipamentos de Informática	711	Outros	757
Equipamentos Eletrônicos	747		
Mobiliário	558		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de cinco kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 1.720 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, três equipamentos de proteção respiratória, 100 equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com cinco municípios: Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Serra, Viana e Vitória.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Vitória e Vila Velha);
- Aquisição de 55 viaturas (R\$ 2.381.660,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 200 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 10 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 24 supervisores de segurança portuária.

GOIÁS

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 19.799.641,59
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 1.205.985,01
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 7.129.936,51

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	124	Carabinas e Espingardas	70
Furgões/Caminhonetes	6	Pistola e Revolver	450
Viaturas para Transporte de Presos	1	Metralhadora	50
Motocicletas	149	Fuzil	0
Outros	0	Outros	2
Obras (Construções e Reformas)	6	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	322	Algema	290
Equipamentos de Comunicação	108	Colete	330
Equipamentos de Informática	369	Outros	1676
Equipamentos Eletrônicos	225		
Mobiliário	282		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de quatro kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 2.165 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da

matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: quatro viaturas e 74 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc).

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com 2 municípios: Aparecida de Goiânia e Goiânia;
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Goiânia e Aparecida de Goiânia);
- Aquisição de 58 viaturas (R\$ 3.871.075,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 218 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

MARANHÃO

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 9.417.541,96
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 722.547,00
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.106.120,70

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	48	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	188
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	34
Motocicletas	3	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	4	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	449
Equipamentos de Comunicação	379	Colete	435
Equipamentos de Informática	81	Outros	25
Equipamentos Eletrônicos	113		
Mobiliário	0		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de um projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de um kit com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 1.630 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: quatro viaturas, 17 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 17 equipamentos de mergulho e dois desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de São Luiz.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (São Luiz e Caxias);
- Aquisição de 61 viaturas (R\$ 2.743.186,32) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 186 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de sete Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 28 supervisores de segurança portuária.

MATO GROSSO

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 13.674.296,06
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 300.661,38
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 6.854.022,64

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	2	Carabinas e Espingardas	4
Furgões/Caminhonetes	2	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	20	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	6	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	7	Algema	45
Equipamentos de Comunicação	114	Colete	61
Equipamentos de Informática	318	Outros	65
Equipamentos Eletrônicos	171		
Mobiliário	394		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de 2 tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 536 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação;

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: quatro viaturas e 324 equipamentos de mergulho.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;

- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Cuia-bá.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país (Novo Mundo/MT);
- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de uma viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Barra do Garças);
- Aquisição de 78 viaturas (R\$ 3.128.030,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 180 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

MATO GROSSO DO SUL

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 13.582.510,28
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 317.132,00
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 3.345.957,48

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	2	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	4	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	6	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	10	Colete	30
Equipamentos de Informática	97	Outros	37
Equipamentos Eletrônicos	2062		
Mobiliário	18		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensi-

no, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de um kit com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 2.498 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: duas viaturas, 32 equipamentos de proteção respiratória, 185 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc.); 15 equipamentos de proteção para produtos perigosos e dois desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Corumbá.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país (Novo Mundo/MS);
- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Campo Grande e Aquidauana);
- Aquisição de 38 viaturas (R\$ 2.105.357,48) para as polícias
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 192 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

MINAS GERAIS

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 45.734.243,09
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 2.789.298,48
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 8.561.846,00

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	117	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	14	Pistola e Revolver	2045
Viaturas para Transporte de Presos	97	Metralhadora	4
Motocicletas	15	Fuzil	0
Outros	1	Outros	12
Obras (Construções e Reformas)	16	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	609	Algema	2142
Equipamentos de Comunicação	2781	Colete	4493
Equipamentos de Informática	3103	Outros	1366
Equipamentos Eletrônicos	2025		
Mobiliário	2923		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de nove projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 7.299 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: duas viaturas, 11 equipamentos de proteção respiratória, 80 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 89 equipamentos de mergulho e cinco desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com dez municípios: Belo Horizonte, Betim, Conselheiro Lafaiete, Governador Valadares, Itabirito, Nova Lima, Poços de Caldas, Sabará, São João Del Rei e Uberaba.
- Aquisição de equipamentos para ação de prevenção à violência e criminalidade na

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Belo Horizonte e Patos de Minas);
- Aquisição de 184 viaturas (R\$ 8.736.096,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 172 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

PARÁ**Recursos**

- Repassados por meio de convênio: R\$ 20.820.060,53
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 966.221,10
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.936.176,36

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	5	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	5	Fuzil	0
Outros	3	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	0	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	309	Colete	10
Equipamentos de Informática	139	Outros	2
Equipamentos Eletrônicos	1408		
Mobiliário	411		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de um projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensi-

- no, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
 - Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
 - Capacitação de 48 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
 - Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, cinco equipamentos de proteção respiratória e 54 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc).

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com os municípios de Belém e Paragominas.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Belém e Tucuruí);
- Aquisição de 76 viaturas (R\$ 3.695.576,36) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 198 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de dez Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 49 supervisores de segurança portuária.

PARAÍBA

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 9.528.312,22
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.216.836,35

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	0	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	225
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	0	Fuzil	6
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	161	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	0	Colete	440
Equipamentos de Informática	170	Outros	321
Equipamentos Eletrônicos	32		
Mobiliário	63		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de um projeto de pesquisa vencedor do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 186 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 340 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: duas viaturas, 20 equipamentos de proteção respiratória, 177 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 96 equipamentos de mergulho, dez equipamentos de proteção para produtos perigosos e oito desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA.
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Campina Grande e Guanabira);
- Aquisição de 108 viaturas (R\$ 2.835.791,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 272 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de um Terminal Portuário, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 8 supervisores de segurança portuária.

PARANÁ

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 13.367.372,05
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 2.759.466,84
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.212.362,64

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	44	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	100
Viaturas para Transporte de Presos	184	Metralhadora	0
Motocicletas	7	Fuzil	0
Outros	7	Outros	208
Obras (Construções e Reformas)	10	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	528	Algema	40
Equipamentos de Comunicação	423	Colete	766
Equipamentos de Informática	1080	Outros	66
Equipamentos Eletrônicos	470		
Mobiliário	1263		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;

- Capacitação de 309 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 360 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 60 equipamentos de proteção respiratória, 1086 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 4 equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com seis municípios: Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Mandirituba, Manguinhos e Paranaguá.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país (Foz do Iguaçu e Barra Guará);
- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Curitiba e Foz do Iguaçu);
- Aquisição de 170 viaturas (R\$ 3.782.140,00) para as polícias.
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 59 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 20 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 52 supervisores de segurança portuária.

PERNAMBUCO

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 25.075.873,86
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 2.404.603,02
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 5.272.345,66

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	17	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	20
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	18	Fuzil	0
Outros	4	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	3	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	86
Equipamentos de Comunicação	431	Colete	565
Equipamentos de Informática	1088	Outros	381
Equipamentos Eletrônicos	914		
Mobiliário	3852		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de dois projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de cinco kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 4.100 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, 84 equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Assinatura de convênio com o Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência e Criminalidade da Região Metropolitana de Recife que envolve sete municípios: Cabo de Santo Agostinho, Igarassú, Olinda, Paudalho, Pesqueira, Petrolina e Recife.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Recife e Caruaru);
- Aquisição de 108 viaturas (R\$ 4.487.100,00) para as polícias
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 216 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de três Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 17 supervisores de segurança portuária.

PIAUÍ

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 9.471.819,37
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.793.445,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	91	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	18	Pistola e Revolver	91
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	51	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	4	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	300
Equipamentos de Comunicação	160	Colete	305
Equipamentos de Informática	387	Outros	261
Equipamentos Eletrônicos	199		
Mobiliário	24		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;

- Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 138 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, dois equipamentos de proteção respiratória, 21 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 15 equipamentos de mergulho, três equipamentos de proteção para produtos perigosos e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Teresina e Parnaíba);
- Aquisição de 63 viaturas (R\$ 2.144.037,64) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 175 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

RIO DE JANEIRO

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 63.835.540,49
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 4.602.255,20
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 13.682.113,89

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	301	Carabinas e Espingardas	50
Furgões/Caminhonetes	5	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	2	Metralhadora	20
Motocicletas	26	Fuzil	35
Outros	202	Outros	23
Obras (Construções e Reformas)	14	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	233	Algema	105
Equipamentos de Comunicação	298	Colete	2015
Equipamentos de Informática	781	Outros	2477
Equipamentos Eletrônicos	364		
Mobiliário	1154		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 17 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de três tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de oito kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 6.768 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, três equipamentos de proteção respiratória, 32 equipamentos de mergulho e três desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com nove municípios: Barra Mansa, Belford Roxo, Mesquita, Niterói, Paracambi, Quatis, Rezende, Rio de Janeiro e São Pedro da Aldeia.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Capacitação de policiais civis e militares na utilização de cães fareja dores de drogas e explosivos;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Rio de Janeiro e São Gonçalo);
- Aquisição de 210 viaturas (R\$ 11.269.350,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 149 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 13 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 54 supervisores de segurança portuária.

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 27.659.877,82
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 528.240,90
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 2.485.254,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	167	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	3	Fuzil	0
Outros	0	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	4	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	898	Colete	10
Equipamentos de Informática	239	Outros	3
Equipamentos Eletrônicos	16		
Mobiliário	0		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de dois projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 642 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 1.980 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 3 viaturas, 58 equipamentos de mergulho e dois desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Natal;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Natal e Mossoró);
- Aquisição de 36 viaturas (R\$ 1.244.654,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 194 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de quatro Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 13 supervisores de segurança portuária.

RIO GRANDE DO SUL

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 34.520.824,76
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 5.378.942,26
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 7.914.854,85

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	120	Carabinas e Espingardas	17
Furgões/Caminhonetes	17	Pistola e Revolver	617
Viaturas para Transporte de Presos	9	Metralhadora	0
Motocicletas	47	Fuzil	2
Outros	6	Outros	30
Obras (Construções e Reformas)	14	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	338	Algema	523
Equipamentos de Comunicação	1768	Colete	1054
Equipamentos de Informática	2455	Outros	3253
Equipamentos Eletrônicos	743		
Mobiliário	2107		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de três tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de cinco kits com 160 livros para as instituições de ensino policial
- Capacitação de 1.180 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 35 desencarceradores.

Prevenção à Violência e Criminalidade

- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com sete municípios: Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande e São Leopoldo.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país (Rosário do Sul/RS);
- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Porto Alegre e Caxias do Sul);
- Aquisição de 231 viaturas (R\$ 7.668.928,96) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 263 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública e desenvolvimento de ação de treinamento no Estado;
- Certificação de 9 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 19 supervisores de segurança portuária.

RONDÔNIA

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 9.704.439,24
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 6.944.817,57

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	29	Carabinas e Espingardas	47
Furgões/Caminhonetes	5	Pistola e Revolver	2160
Viaturas para Transporte de Presos	21	Metralhadora	0
Motocicletas	3	Fuzil	18
Outros	0	Outros	232
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	956	Algema	605
Equipamentos de Comunicação	107	Colete	527
Equipamentos de Informática	10	Outros	63
Equipamentos Eletrônicos	33		
Mobiliário	437		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, quatro equipamentos de proteção respiratória e 57 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc).

Prevenção à Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Implantação do Projeto Fronteiras: monitoramento on line do trânsito de veículos na fronteira do país (Vilhena);

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Porto Velho e Guajará Mirim);
- Aquisição de 71 viaturas (R\$ 2.500.375,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 210 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

RORAIMA

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 12.233.789,38
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 537.043,05
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 4.480.210,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	14	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	1	Pistola e Revolver	200
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	20
Motocicletas	4	Fuzil	0
Outros	40	Outros	20
Obras (Construções e Reformas)	16	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	401	Algema	400
Equipamentos de Comunicação	498	Colete	698
Equipamentos de Informática	743	Outros	224
Equipamentos Eletrônicos	265		
Mobiliário	1670		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de dois kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 629 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas,

quatro equipamentos de proteção respiratória, 134 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc) e três desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Boa Vista.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e Militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de uma viatura para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Boa Vista);
- Aquisição de 114 viaturas (R\$ 4.235.453,80) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 149 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

SANTA CATARINA

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 11.926.812,65
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 852.626,40
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 3.901.080,00

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	96	Carabinas e Espingardas	500
Furgões/Caminhonetes	3	Pistola e Revolver	518
Viaturas para Transporte de Presos	81	Metralhadora	16
Motocicletas	22	Fuzil	16
Outros	12	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	722	Algema	400
Equipamentos de Comunicação	11	Colete	50
Equipamentos de Informática	583	Outros	46
Equipamentos Eletrônicos	327		
Mobiliário	327		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;

- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de cinco kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 3.798 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP;
- Implantação da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial – distribuição da matriz e capacitação dos profissionais de segurança pública para sua efetivação.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, nove equipamentos de proteção respiratória, 15 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), quatro equipamentos de mergulho e um desencarcerador.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com dois municípios: Florianópolis e São José.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Capacitação de policiais civis e militares na utilização de cães fareja dores de drogas e explosivos;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Florianópolis e Blumenau).
- Aquisição de 68 viaturas (R\$ 2.660.480,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 172 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 7 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 13 supervisores de segurança portuária.

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 72.816.750,50
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 27.214.256,20
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 2.339.468,24

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	183	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	5	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	92	Metralhadora	0
Motocicletas	38	Fuzil	0
Outros	10	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)	2	Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	452	Algema	147
Equipamentos de Comunicação	3644	Colete	4149
Equipamentos de Informática	402	Outros	1594
Equipamentos Eletrônicos	1565		
Mobiliário	5280		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de 16 projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de três tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de 405 profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de nove kits com 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Implantação da Matriz Curricular das Guardas Municipais em 20 municípios da região de Indaiatuba.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: 35 equipamentos de proteção respiratória, 145 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), sete equipamentos de mergulho e 84 equipamentos de proteção para produtos perigosos e dez desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete profissionais de segurança pública sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Prêmio do Concurso Nacional de Polícia Comunitária ;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com 45 municípios: Amparo, Araraquara, Artur Nogueira, Bebedouro, Cabreúva, Campinas, Catanduva, Diadema, Embu Guaçu, Franca, Franco da Rocha, Guarujá, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Iracemápolis, Itararé, Itu, Jacareí, Jundiá, Limeira, Mairinque, Mauá, Osasco, Piracicaba, Pitangueiras, Porto Feliz, Potirendaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santana de Parnaíba, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Vicente, Serrana, Sorocaba, Sumaré, Suzano e Várzea Paulista.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para o Laboratório de DNA;
- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (São Paulo e Campinas);
- Aquisição de 4 viaturas (R\$ 71.360,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 135 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 17 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 116 supervisores de segurança portuária.

SERGIPE

Recursos

- Repassados por meio de convênio: R\$ 6.862.422,99
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 333.000,00
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 3.886.721,78

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	56	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	137
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	26
Motocicletas	1	Fuzil	0
Outros	24	Outros	0
Obras (Construções e Reformas)		Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	0	Algema	965
Equipamentos de Comunicação	170	Colete	94
Equipamentos de Informática	1425	Outros	329
Equipamentos Eletrônicos	277		
Mobiliário	2384		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Recursos financeiros para a realização de dois projetos de pesquisa vencedores do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;
- Capacitação de profissionais de segurança pública nas Jornadas de Direitos Humanos;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública pela Escola de Protagonismo Policial;
- Capacitação de 485 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, dez equipamentos de proteção respiratória, 94 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 63 equipamentos de mergulho, dez equipamentos de proteção para produtos perigosos e quatro desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais.
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Araçaju.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Aracaju e Itabaiana);
- Aquisição de 75 viaturas (R\$ 2.451.180,00) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 156 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública;
- Certificação de 2 Terminais Portuários, conforme a Declaração de Cumprimento das normas do ISPS CODE, e capacitação de 4 supervisores de segurança portuária.

TOCANTINS

Recursos

- Recursos Repassados ao Estado por Meio de Convênio: R\$ 7.213.093,50
- Repassados aos municípios por meio de convênio: R\$ 517.309,68
- Repassados via-aquisição direta: R\$ 3.368.869,32

Bens Adquiridos por Meio dos Convênios

Equipamentos de Transporte		Armamento Letal	
Viaturas	13	Carabinas e Espingardas	0
Furgões/Caminhonetes	0	Pistola e Revolver	0
Viaturas para Transporte de Presos	0	Metralhadora	0
Motocicletas	0	Fuzil	0
Outros	0	Outros	4
Obras (Construções e Reformas)		Equipamentos de Proteção	
Armamento Não-Letal	1	Algema	0
Equipamentos de Comunicação	157	Colete	145
Equipamentos de Informática	827	Outros	542
Equipamentos Eletrônicos	691		
Mobiliário	2338		

Gestão do Conhecimento e Informações Criminais

- Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, distribuição de software de registro de informações estatísticas para as Polícias Civil e Militar e capacitação de profissionais de segurança pública para a produção de estatísticas;
- Doação de equipamentos de informática, incluindo um servidor para modernização e ampliação da rede do INFOSEG no Estado.

Formação e Valorização Profissional

- Implantação de dois tele-centros para a integração na Rede Nacional de Ensino a Distância. Cada centro possui: 15 computadores, impressoras, mobiliário para o ensino, televisão e equipamentos eletrônicos para recepção e transmissão do sinal;

- Capacitação de 60 profissionais de segurança pública em Direitos Humanos em parceria com a Cruz Vermelha;
- Doação de 160 livros para as instituições de ensino policial;
- Capacitação de 1.524 profissionais de segurança pública por meio da execução de convênio com a SENASP.

Reorganização das Instituições Policiais

- Aquisição dos seguintes equipamentos para os Corpos de Bombeiros: três viaturas, seis equipamentos de proteção respiratória, 62 equipamentos de proteção individual (luvas, botas, capacetes, etc), 45 equipamentos de mergulho e três desencarceradores.

Prevenção a Violência e Criminalidade

- Emissão de documentos de identidade para trabalhadoras rurais;
- Capacitação de sete representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado sobre prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas relacionadas ao Tráfico de Seres Humanos;
- Repasse de recursos financeiros por meio de convênio com o município de Palmas.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Capacitação de peritos criminais do Estado em balística forense, entomologia forense, genética forense e toxicologia forense.

Ações para Redução da Violência

- Capacitação de policiais civis e militares em segurança de dignitários;
- Aquisição de duas viaturas para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Palmas e Paraíso do Tocantins).
- Aquisição de 61 viaturas (R\$ 2.398.269,32) para as polícias;
- Capacitação de três representantes de todas as organizações de segurança pública do Estado em Gestão em Segurança Pública;
- Capacitação de 159 profissionais na Força Nacional de Segurança Pública.

Rede Nacional de Ensino à Distância



Aquisição via direta de equipamentos de transporte

Estruturação da Perícia



Modernização das Polícias Civas Brasileiras



INFOSEG - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização



Força Nacional

